

The background of the entire page is a solid blue color. It features a subtle pattern of thin, light blue vertical lines. Overlaid on this are several larger, semi-transparent blue circles of varying sizes, some of which are partially obscured by the text or other elements. The overall aesthetic is clean and modern.

**ibam**

instituto brasileiro de  
administração municipal

**Atividades 2013**

## Relatório de Atividades | 2013

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

2014

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM  
Tel. (21) 2142-9797 – Fax (21) 2537-1262  
E-mail: [ibam@ibam.org.br](mailto:ibam@ibam.org.br) - Web: [www.ibam.org.br](http://www.ibam.org.br)

Ficha Catalográfica  
Catalogação na fonte pela Biblioteca do IBAM

---

Instituto Brasileiro de Administração Municipal  
Relatório de Atividades 2013. Rio de Janeiro, 2014

65p.                      28cm

1. Instituto Brasileiro de Administração Municipal – relatório, 2014.

CDD 352.06

*Superintendente Geral*

Paulo Timm

*Conselho de Administração*

Edson de Oliveira Nunes (presidente)

Edgar Flexa Ribeiro

Edvaldo Pereira de Brito

Henrique Brandão Cavalcanti

João Pessoa de Albuquerque

Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva

Maria Terezinha Tourinho Saraiva

Mayr Godoy

Paulo Alcântara Gomes

Tito Bruno Bandeira Ryff

*Conselho Fiscal*

Aguinaldo Helcio Guimarães

Paulo Reis Vieira

Raymundo Tarcísio Delgado

Roberto Guimarães Boclin

Willian Alberto de Aquino Pereira

*Assembleia Geral do IBAM*

Adolfo Martins de Oliveira, Aguinaldo Helcio Guimarães, Aluizio Loureiro Pinto, Amilcar Figueira Ferrari, Anna Maria Medeiros Peliano, Antonio Batista da Silva Junior, Carlos Alberto Serpa de Oliveira, Carlos Alberto Trindade, Celio de Oliveira Borja, Cesar de Paiva Leite, Claudio de Paiva Leite, Edgar Flexa Ribeiro, Edson de Oliveira Nunes, Eduardo Sales Novaes, Edvaldo Pereira de Brito, Heitor C. Chagas de Oliveira, Henrique Brandão Cavalcanti, Ives Gandra da Silva Martins, João Pessoa de Albuquerque, Joaquim Caetano Gentil Netto, Jorge Khoury, José Maria Almeida Martins Dias, Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva, Maria Terezinha Tourinho Saraiva, Mario Alves de Melo, Mayr Godoy, Moacyr Barros Bastos, Nelson Manoel de Mello e Souza, Paulo César Martinez y Alonso, Paulo Rabello de Castro, Paulo Reis Vieira, Pedro Wilson Leitão Filho, Raymundo Tarcísio Delgado, Roberto Guimarães Boclin, Roberto Saturnino Braga, Sergio Ferraz Magalhães, Stélio Emanuel de A. Roxo, Teresa Costa d'Amaral, Paulo Alcântara Gomes, Tito Bruno Bandeira Ryff, Willian Alberto de Aquino Pereira





## Apresentação

O ano de 2013 registra atividades tradicionais do IBAM e acrescenta outras que surgiram e se integraram ao escopo institucional que fez com que o Instituto adquirisse a consistência técnica que hoje possui.

Entre as primeiras, cabe destacar que foram preparados cerca de 4.000 pareceres sobre matéria jurídica, orçamentária e financeira, número claramente expressivo para o período.

As representações nos estados também já se tornaram tradicionais e os resultados aqui relatados mostram o acerto da política de descentralização promovida, com a realização de projetos diversos, com destaque para a execução de concursos públicos – foram 31 no ano passado, contados também os feitos pela sede, com mais de 145.000 candidatos inscritos.

A parceria com a Eletrobras/Procel atingiu os 17 anos em 2013, quando foram oferecidos cursos, elaborados guias técnicos e transferida a metodologia de elaboração de planos de eficiência energética para Municípios.

No que respeita a políticas sociais, manteve-se a participação de técnicos em conselhos estaduais e municipais, o que permite a oferta de subsídios para a formulação dessas políticas, especialmente no âmbito da assistência social e dos direitos da mulher, neste caso também na esfera internacional, como se poderá ver em páginas adiante.

Visitaram o IBAM autoridades moçambicanas da área de meio ambiente e angolanas, estas interessadas em conhecer a participação dos Municípios brasileiros no conjunto federativo, visando à realização de eleições locais nesse país. Técnicos do IBAM também estiveram em Angola, transmitindo visão do papel dos Municípios em seminários promovidos pelo Ministério da Administração do Território.

A Ensur deu andamento a seu programa de capacitação por meio de cursos presenciais e a distância, incluídos novos temas que repercutiram bem e obtiveram bons resultados.

Outras áreas de atuação tiveram seguimento, como a que diz respeito a Alianças Público-Privadas Municipais, iniciada em 2009 e dedicada à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e a gestão do ISS por meio eletrônico, que adicionou 31 Municípios em 2013, totalizando 61.

A parceria com organizações nacionais e internacionais – Instituto Arapyaú, Elektro, Copel, Embaixada dos Países Baixos, BID e Fundação Bunge, entre outros – permitiu estar em todas as regiões do país, conforme relatado nas páginas seguintes.

No último trimestre do ano deu-se início à execução de contrato firmado com o BNDES para implementação do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental, que atinge os Municípios componentes do Bioma Amazônia. Trata-se de projeto de fôlego, envolvendo 529 Municípios, com duração de quatro anos.

É importante mencionar, por fim, a preparação para a mudança para o novo endereço, no centro do Rio de Janeiro. O prédio foi restaurado e adaptado para receber a equipe do Instituto no início de 2014. Reproduzindo parte de parágrafo deste Relatório, procurou-se juntar modernidade, tradição, história e contemporaneidade nas novas instalações, onde o IBAM seguirá oferecendo toda a sua experiência aos que com ele se relacionam.

Paulo Timm  
*Superintendente Geral*

## Sumário

|                                                       |    |
|-------------------------------------------------------|----|
| Ações pelo Desenvolvimento do Município .....         | 10 |
| Ensino .....                                          | 30 |
| Assessoria Técnica .....                              | 39 |
| Ação Institucional .....                              | 56 |
| Compromisso Social.....                               | 59 |
| Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado ..... | 63 |



***“O LAM – Laboratório de Administração Municipal registrou 31.968 visualizações ou downloads de arquivo, sendo 30.359 pareceres, 425 estudos, 1.028 modelos.”***

# Ações pelo Desenvolvimento do Município

---

As ações do IBAM têm como propósito alcançar, por meio da promoção do desenvolvimento institucional do Município como esfera autônoma de Governo, do fortalecimento da sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento local, a valorização da cidadania em uma sociedade democrática. O assessoramento técnico a distância, de ampla abrangência, é a expressão mais democrática de tal objetivo.

O assessoramento no campo jurídico e na área de finanças públicas é realizado por meio telefônico, de pareceres escritos, atendimento presencial e também mediante a elaboração de estudos, artigos, minutas e modelos que são colocados à disposição no Laboratório de Administração Municipal, hospedado no portal do IBAM na internet.

Por via telefônica a Consultoria Jurídica e o Centro de Estudos Interdisciplinares em Finanças Públicas do IBAM são diariamente acionados para prestar orientações sobre os mais diversos temas que demandam esclarecimentos imediatos, seguidos de recomendações, quando necessário, de leitura de pareceres, estudos e artigos, sem prejuízo da indicação da legislação pertinente e da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Além da indicação de soluções por telefone, nossos consultores realizam atendimento presencial aos representantes de Prefeituras e Câmaras associadas ao Instituto para elucidação de dúvidas e construção conjunta de soluções para os problemas enfrentados. O atendimento presencial na sede do Instituto é uma boa oportunidade para os gestores municipais conhecerem de perto a nossa equipe de consultores, bem como os diversos trabalhos que o Instituto realiza.

As respostas por escrito, como não poderia deixar de ser, são elaboradas com base na melhor doutrina e jurisprudência, mas sempre redigida de forma clara e objetiva, de modo a não pairar dúvida quanto à questão que nos é submetida.

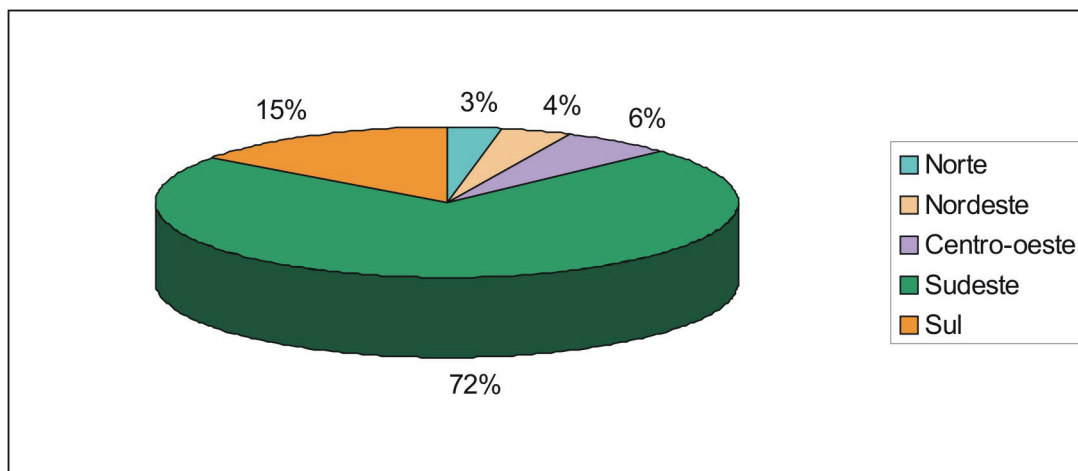
Vale destacar que em 2013 foram elaborados quase 4.000 pareceres escritos sobre os mais diversos temas do Direito Público e de natureza Orçamentária, Financeira e Contábil.

## Rede IBAM de Municípios e entidades associadas ao Instituto

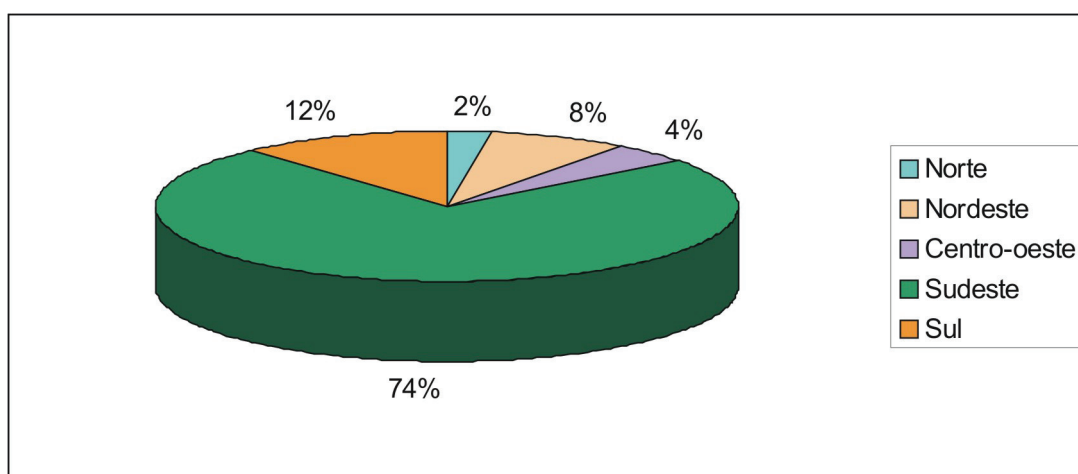
Em 2013, 3.949 pareceres jurídicos foram emitidos, atendendo a solicitações por meio eletrônico. Em média 330 pareceres por mês; 64% foram elaborados a pedido de Câmaras Municipais; 24% por solicitação de Prefeituras e 12% por demanda de outras entidades. Já o atendimento telefônico orientou 744 consulentes.

O LAM – Laboratório de Administração Municipal registrou 31.968 visualizações ou downloads de arquivo, sendo 30.359 pareceres, 425 estudos, 1.028 modelos e 156 artigos da Revista de Administração Municipal.

O gráfico a seguir permite a visualização do quantitativo de pareceres por região.



As demandas por pareceres sobre assuntos orçamentários, financeiros e de outras naturezas afins, prolatados pelo Centro de Estudos Interdisciplinares em Finanças Públicas – CEIF, são distribuídas regionalmente de maneira semelhante às solicitações na área jurídica, como pode ser também observado no gráfico a seguir. Igualmente, as Câmaras Municipais são as que mais consultam o Instituto.



O banco de pareceres do IBAM é uma poderosa ferramenta à disposição do gestor público para auxiliá-lo no processo de tomada de decisões, uma vez que permite a pesquisa e o acesso a orientações nos mais diversos temas do Direito e das Finanças Públicas.

São destacados, a seguir, alguns dos documentos acrescentados em 2013:

- Poder Legislativo. CPI. Oitiva de testemunhas. Autoridades que gozam de privilégio. Considerações.
- Processo legislativo. Projeto de lei que institui patronato penitenciário. Análise da validade. Considerações.
- Patrimônio Municipal. Recebimento de doação que não se concretizou. Ocupação do imóvel pelo Município e por terceiros. Necessidade de promoção da ação de usucapião.
- Servidor público. Cumulação de cargos. Profissionais da saúde. Vínculos com mais de uma matrícula na mesma Instituição. Tríplex cumulação considerando-se Municípios distintos. Considerações.
- Servidor Público. Processo administrativo disciplinar. Pedido de exoneração durante a tramitação. Considerações.
- Processo legislativo. Inadequação de Lei Complementar. Reestruturação administrativa do Poder Executivo Municipal. Regras sobre despesa com pessoal. Comentários.
- Organização administrativa. Conselho Municipal de Saúde – CMS. Saúde pública. Participação da comunidade na gestão do SUS (art. 198, III, da CRFB). Concessão de subvenções ou outras formas de apoio econômico devem obedecer às regras legais e atender ao interesse público. Comentários.
- Política Urbana. Área institucional. Desafetação. Impossibilidade ante os termos da Constituição Estadual. Possibilidade de uso institucional por particular, permanecendo o imóvel sob domínio do Poder Público. Considerações.
- Competência Legislativa. Inconstitucionalidade de Projeto de Lei Municipal que cria regras e punições para concessionárias de serviços de energia elétrica, de titularidade da União e de água e esgoto de responsabilidade do Estado.
- Licitação. Inexigibilidade. Contratação de artistas amadores. Impossibilidade.
- Poder Legislativo. Projeto de lei que estabelece critérios para o repasse de recursos do Fundo de Assistência ao Desporto Amador. Art. 61, §1º CRFB/88. Competência do Poder Executivo. Comentários.
- Poder Executivo. Aquisição e doação de camisetas promocionais de programas sociais. Possibilidade, sob cuidados e restrições.
- Poder Legislativo. Uso de veículos. O regime de adiantamento aplica-se a todos os servidores e Vereadores, sem exceção.
- Convênios e contratos. Inexecução contratual. Regras a respeito. Providências.
- Previdência. Contribuição previdenciária de servidores comissionados, celetistas e temporários antes do advento da EC n. 20/1998. Jurisprudência. Comentários.
- Servidor Público. Contribuição previdenciária de servidores comissionados, celetistas e temporários antes do advento da EC n. 20/1998. Jurisprudência. Comentários.

- Previdência. A paridade garante que os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei. Comentários.
- Processo Legislativo. Projeto de lei ordinária de autoria de vereador que dispõe sobre o controle de condições sanitárias da água utilizada para irrigação de plantações. Análise no âmbito da validade. Considerações.
- Processo Legislativo. Projeto de lei que dispõe sobre a proibição de estabelecimentos que comercializem alimentos preparados para o consumo de disponibilizarem recipientes que contenham cloreto de sódio (sal de cozinha) em suas mesas e balcões. Análise da validade. Considerações.
- Finanças Municipais. Limite com despesa de pessoal. Valor transferido ao Município, como incentivo financeiro do PACS e do PSF. Programas compartilhados entre os entes da federação. Considerações.
- Garantias Constitucionais. Gestão documental. Procedimento e prazos para descarte. Considerações sobre o tema.
- Processo Legislativo. Projeto de lei que dispõe sobre a proibição de experimentos ou testes usando animais, tipifica condutas de crueldade e maus tratos, estabelecendo multas e sanções administrativas. Análise da validade. Considerações.
- Processo Legislativo. Projeto de lei que dispõe acerca dos serviços de táxi na municipalidade. Análise da validade. Considerações.
- Competência legislativa Municipal. Proteção à fauna e limites ao exercício do poder de polícia pelo Legislativo local.
- Competência legislativa Municipal. Política municipal de incentivo ao uso de bicicletas, matéria de competência do Legislativo.
- Competência legislativa municipal. Direito ambiental e urbanístico e poder de polícia municipal. Considerações a respeito.
- Concurso Público. Impugnação. Edital. Princípios.
- Concurso Público. Considerações sobre critério de isenção de taxa de inscrição em concurso público.
- Concurso Público. Realização de concurso público para formação de cadastro de reserva. Considerações a respeito.
- Garantias Constitucionais. Mandado de Segurança. Defesa técnica e esclarecimentos prestados pela autoridade coatora. Considerações. Doutrina e Jurisprudência.

- Garantias Constitucionais. Liberdade de expressão como direito insuscetível de ser regulamentado, uma vez que se revela como o próprio fundamento do regime de liberdades constitucionalmente instituído.
- Servidor Público. Terceirização ilícita no âmbito de atividade fim, com violação à regra constitucional do concurso público. Considerações.
- Servidor Público. Reestruturação Plano de cargos. Inexistência de direito adquirido a determinado regime jurídico funcional. Jurisprudência. Considerações a respeito.
- Técnica legislativa. Repristinação expressa, efeito repristinatório após as declarações de inconstitucionalidade, modulação dos efeitos temporais destas decisões. Considerações a respeito.
- Tributação. Incidência ITBI. Promessa de permuta de terreno por área construída. Incorporação imobiliária. Hipótese de incidência de ISS.
- Tributação. Limites da imunidade tributária ao contribuinte de direito do IPTU. Considerações a respeito. Jurisprudência.
- Tributação. Cancelamento débitos tributários de pequeno valor x prescrição tributária. Considerações.
- Tributação. Considerações sobre princípio da legalidade tributária, medidas fiscais desonerativas e tarifa. Jurisprudência a respeito.
- Tributação. Farmácia de manipulação. Operação mista que prevalece obrigação de fazer constante do subitem 4.07 da LC nº 116/2003. Entendimento STJ. Repercussão Geral reconhecida no STF pendente de julgamento. Considerações.
- Tributação. ISS. Dedução da base de cálculo. O município pode estabelecer limite percentual para abatimento.
- Tributação. Retenção ISSQN. Simples Nacional. Art. 21, §4º, da LC nº 123/2006.
- Licitação. Efeito carona externo. Impossibilidade. Considerações a respeito.
- Licitação. Comentários à possibilidade de contratação de serviços advocatícios por inexigibilidade de licitação.
- Licitação. Contratação de empresa para execução de concurso público. Considerações a respeito.
- Licitação. Contratação de serviço de telefonia móvel 3G para vereadores e servidores do Legislativo. Inexigibilidade de licitação que não se justifica.
- Patrimônio municipal. Dever de zelo e indisponibilidade do patrimônio público. Considerações.

- Política Urbana. Posturas ou Licenciamento. Projeto de Lei de iniciativa parlamentar alterando pontualmente a Lei de Posturas. Possibilidade desde que a matéria não dependa de prévio estudo ou planejamento.
- Política Urbana. Loteamento. Áreas verdes e institucionais. Impossibilidade de compensação em outro local. Possibilidade de redução do percentual em loteamentos industriais, atendidos os requisitos da lei local e conforme parecer técnico da Prefeitura.

## **Representações do IBAM**

A representação do Instituto no Estado de São Paulo manteve o perfil de resultados dos anos anteriores, com expressiva participação no assessoramento aos Governos Municipais para realização de concursos públicos.

A representação no Estado de Santa Catarina ampliou sua presença junto aos Municípios e obteve resultados significativos em assessoramento técnico em organização e gestão, bem como aumentou, de forma significativa, a assessoria a Prefeituras e Câmaras Municipais, a elaboração e execução de Concursos Públicos, em todas as suas etapas.

O IBAM mantém a sua política de ampliar representações e parcerias sob a ótica da otimização de capacidades e de garantir a sua presença efetiva no desenvolvimento da capacidade institucional dos Governos Municipais.

## **Relações institucionais**

### **Gestão participativa das políticas públicas e o papel do IBAM em Conselhos no nível municipal e estadual de Governo e, também, em organismos internacionais**

O IBAM manteve a participação de integrantes de sua equipe como Conselheiros em duas importantes instâncias de participação na formulação de políticas sociais no Rio de Janeiro.

Na cidade do Rio de Janeiro o Instituto deu continuidade à assessoria e defesa dos direitos que vem mantendo há alguns anos no Conselho Municipal de Assistência Social, que em 2013 teve o representante do IBAM, Herculis Tolêdo, como Presidente do CMAS.

Esteve sob responsabilidade do Presidente do CMAS o assessoramento técnico para realização das atividades preparatórias para a Conferência Municipal de Assistência Social com participação de entidades públicas e privadas, trabalhadores da assistência e usuários dos serviços socioassistenciais da cidade. Relaciona-se, a seguir, as atividades realizadas.

- contribuição na organização das capacitações sobre o tema principal da Conferência “Financiamento e Gestão do SUAS” – foram realizadas quatro capacitações sobre a temática, totalizando mais de 500 participantes;
- participação na realização de 10 Pré-Conferências em todo o Município do Rio de Janeiro, com participação de Entidades da Rede Socioassistencial, Usuários da Assistência Social,



Trabalhadores da Assistência Social e População em geral, atingindo um total de 995 participantes..

- criação e gerenciamento da principal ferramenta de comunicação virtual com a população durante todo o processo preparatório para a IX Conferência Municipal: <http://www.conferenciaassistenciario2013.blogspot.com.br>. Foram totalizados 9.000 (nove mil) acessos;
- assessoria na elaboração de material técnico e informativo durante o processo de preparação da IX Conferência Municipal;
- revisão e diagramação da apostila de preparação da IX Conferência Municipal;
- coordenação da metodologia de trabalho dos grupos da IX Conferência Municipal, compreendendo a organização da metodologia proposta pelo CNAS, o treinamento dos coordenadores, moderadores e relatores, a moderação e a sistematização dos resultados dos seis eixos: 1. Gestão de Serviços; 2. Gestão de Benefícios; 3. Gestão do SUAS; 4. Gestão do Trabalho; 5. Cofinanciamento e 6. Regionalização.

Renovou-se, assim, o trabalho de operacionalização de instrumentos institucionais que visam à implementação da política de Assistência Social na cidade do Rio de Janeiro.

Com relação ao governo do estado, o IBAM se faz representar, há mais de vinte anos, no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM-RJ. A atuação do Instituto, representado por Maria da Graça Neves, foi marcante no processo denominado de interiorização do CEDIM, traduzido em práticas de apoio à criação e ao funcionamento de Conselhos dos Direitos da Mulher nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Ainda com o mesmo objetivo, a contribuição do Instituto se deu sob forma de apresentação de temas técnicos nas reuniões mensais de Gestoras Municipais visando apoiar o aprimoramento do trabalho que realizam. Finalmente, em continuidade ao movimento que já vinha ocorrendo de valorização da instituição e da Subsecretaria dos Direitos da Mulher – SUDIM, o IBAM esteve presente em todas as iniciativas que a valorizam e fortalecem.

Delaine Martins Costa, representante do IBAM na ONU Mulheres em seleção realizada mediante edital público, esteve presente nas reuniões regulares do Comitê Assessor da Sociedade Civil – GASC – para a ONU Mulheres no Brasil, bem como no Fórum de Organizações Feministas de Santo Domingo, na Reunião do Grupo Assessor da Sociedade Civil para América Latina e Caribe (GASC-LAC) da Onu Mulheres e na XII Conferência da Mulher da América Latina e Caribe, da CEPAL (13 a 20 de outubro de 2013).

### **Acordo entre IBAM e CRA-RJ visa à disseminação de boas práticas de gestão municipal**

O Programa de Cooperação entre o IBAM e o CRA-RJ prosseguiu em 2013, com a participação da Assessoria de Comunicação do IBAM.

Foram realizadas entrevistas a serem veiculadas pela rádio web e pelo canal de televisão do CRA, e foi introduzido o sistema de entrevistas curtas por telefone. Os temas abordados pelos profissionais do Instituto e por membros da Assembleia Geral levantaram informações e instruções relativas

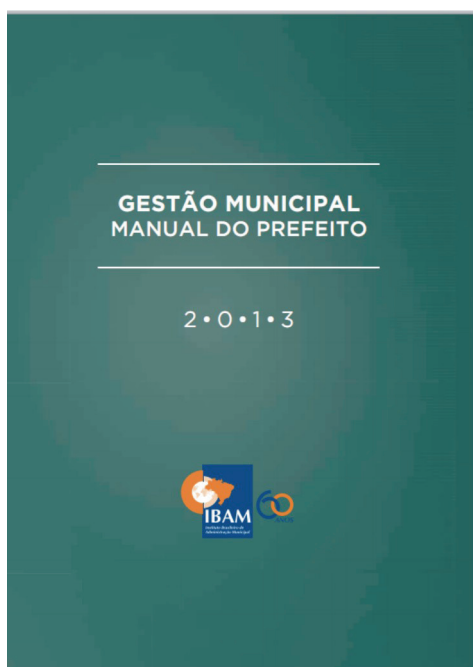
a tópicos relevantes sobre os desafios da gestão municipal. Após a sua veiculação, as entrevistas ficam disponíveis nos sites do CRA-RJ e do IBAM.

Os temas tratados foram:

- Violência contra as Mulheres;
- Eleições Municipais e a Participação das Mulheres nos Cargos Eletivos;
- Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e Políticas de Assistência Social;
- Etiquetagem de Edificações;
- Modelo de Regionalização para o Planejamento Estadual: o caso de Alagoas;
- Arranjos Público Privados para o Desenvolvimento Local;
- O Papel do Vereador na Administração Pública;
- Desenvolvimento de Gestão por Competência;
- Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Lei de Mobilidade.

### 14ª edição do Manual do Prefeito é lançada em Brasília

Representado por Paulo Timm, Superintendente Geral, e pelos Assessores Marcos Flávio R. Gonçalves e Nelson Issa, o IBAM esteve presente nos diversos eventos que compuseram o “Segundo Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas” que aconteceu em Brasília entre os dias 28 e 30 de janeiro.



Durante o encontro – cujo tema foi “Municípios fortes, Brasil sustentável” –, que contou com a participação de cerca de 15 mil pessoas, entre Prefeitos/as, Vice-Prefeitos/as e assessores, os novos líderes municipais receberam a 14ª edição do Manual do Prefeito – redigido, editado, revisto e atualizado pelo IBAM, com o apoio da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e da Caixa Econômica Federal.

No Prefácio da nova edição, a Ministra Ideli Salvatti destacou que o Manual do Prefeito “constitui-se em importante apoio ao aprimoramento das gestões municipais”. E ainda:

“Os prefeitos eleitos pela primeira vez encontrarão neste trabalho vasto acervo de consulta, fruto da experiência acumulada e de permanente trabalho de pesquisa e reflexão. Já os reeleitos, embora conheçam

os cuidados e procedimentos necessários, poderão encontrar neste Manual informações que os auxiliem a adotar medidas mais eficazes no segundo mandato”.

No evento foram distribuídos seis mil exemplares da publicação, que também está disponível para consulta na homepage do IBAM – [www.ibam.org.br](http://www.ibam.org.br) –, na seção Estudos e Pesquisas.

## **Gênero e orçamento**

No âmbito do II Encontro de Formação Estadual das Gestoras de Políticas para as Mulheres: A Construção das Políticas para as Mulheres no Sistema de Participação Popular e Cidadã, promovido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Políticas para as Mulheres – RS, Delaine Martins Costa, Coordenadora do Programa Gênero e Políticas Públicas do IBAM, expôs o tema “Análise econômica, social e orçamentária na perspectiva de gênero: ensaios e conceitos para a construção do Plano Plurianual” (3 abril de 2013).

Para o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias/RJ, Delaine Martins Costa realizou, no dia 8 de outubro, exposição dialogada intitulada “Gênero, Orçamento Municipal e Gestão de Fundos: uma breve introdução”.

## **Soluções sustentáveis para os Municípios em debate**

Entre os dias 23 e 25 de abril, Prefeitos de todo o país se reuniram em Brasília durante o “II Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável – Desafios dos Novos Governantes Locais”. Realizado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o evento contou com a participação de aproximadamente três mil pessoas, que se reuniram com a proposta de ouvir e discutir soluções e alternativas sustentáveis para tornar os Municípios mais estruturados.

O IBAM marcou intensamente sua presença no evento, participando de debates importantes sobre temas de relevância e abrangência nacional, como Gestão dos Resíduos Sólidos.

Uma das mais concorridas, a sala “Os desafios da coleta e destinação dos resíduos sólidos”, lotou nos dois dias de debates e contou com a participação ativa dos representantes municipais, que puderam discutir o tema com propriedade a partir de blocos de perguntas e respostas, que tiveram mais de 1h30 de duração. Karin Segala, coordenadora do projeto de Resíduos Sólidos do IBAM, participou do debate sobre “A importância do Plano Nacional de Resíduos Sólidos e da construção de planos municipais”.



Consultor jurídico do IBAM, Sebastião Rolon integrou a mesa “Aumento da capacidade de investimento e gestão municipal”. O coordenador de projetos sobre Alianças Público-Privadas do IBAM, Nelson Issa, participou, ao lado de Ismael Ferreira (Prefeito de Valente/BA) e Jorge Ariel Rodriguez (Coordenador Responsável da Secretaria Técnica Permanente da Rede Mercocidades), do debate “Articulando o desenvolvimento regional: articulações intermunicipais, arranjos produtivos e redes de cooperação”.

Reforçaram a presença do IBAM no evento o Superintendente Geral, Paulo Timm, a diretora da ENSUR, Cristina Baratta, e o urbanista Alberto Lopes, que esteve presente no estande do Escritório Regional para a América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat/ROLAC), na Praça de Boas Práticas.

### **Atendimento socioeducativo em meio aberto**

Rosimere de Souza proferiu palestra na abertura do curso de Formação dos Operadores do Sistema Socioeducativo coordenado pelo Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro (DEGASE) realizada na UERJ, sobre o projeto de “Análise do Funcionamento dos Programas e Serviços de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto para Adolescentes Autores de Atos Infracionais”, desenvolvido pelo IBAM para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

### **Grupo de trabalho e produção de texto de referência sobre parcerias sociais público privadas**

Por iniciativa da Fundação Vale, o IBAM foi convidado a integrar um Grupo de Trabalho e Reflexão que reuniu ao longo do ano em encontros periódicos especialista em desenvolvimento local e relações de cooperação público privadas, com a finalidade de construir um texto de referência denominado: Parcerias Sociais Público Privadas, destinado a influir nas políticas de responsabilidade social e compensatórias das empresas de mineração, na mitigação de impactos de grandes investimentos no território e a integração com as políticas públicas em vigor.

O IBAM se fez representar nesse grupo por Alexandre Santos, Superintendente de Desenvolvimento Econômico e Social. Além do IBAM e da própria equipe da Fundação Vale, integraram o grupo representantes das seguintes instituições: FOMIN / BID; Unesco; Accenture Consultoria; Eupólis Lombardia (Itália); IBRAD (Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento, além de consultores do BNDES e da Fundação Don Cabral.

O produto do trabalho desse Grupo foi objeto de exposição no Instituto Brasileiro de Empresas de Mineração – IBRAM, situado no Distrito Federal, e no Museu de Arte de Rio de Janeiro – MAR.

### **Cidades emergentes e sustentáveis**

Florianópolis, Palmas e Vitória são as três capitais brasileiras que receberam a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), lançada pela Caixa Econômica Federal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O IBAM foi selecionado como entidade especializada para realizar os estudos e o Plano de Ação da capital catarinense junto à equipe do governo local, particularmente da Secretaria Municipal da Fazenda e do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), e participou do



lançamento da ICES em Florianópolis, representado pelo Superintendente Geral Paulo Timm e pelo urbanista Alberto Lopes.

A apresentação de representantes do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) ao prefeito Cesar Souza Júnior, em 18 de novembro, marcou o início dos trabalhos. O assessor técnico para assuntos de cidade, infraestrutura e território do IBAM, Alberto Lopes, enfatizou que além de buscar “traduzir” os indicadores já conhecidos, é necessário saber que planos e projetos estratégicos encontram-se em andamento, a fim de ser possível apontar quais devem ser as prioridades em termos de planejamento.

## Gestão das cidades

Assessor técnico do IBAM, o urbanista Alberto Costa Lopes, representou o Instituto nos seguintes eventos:

- Reunião Anual do Fórum Iberoamericano e do Caribe sobre Melhores Práticas. Lima, Peru, ONU-Habitat, 18 a 20 de março de 2013.
- Seminário Governança e Desenvolvimento Sustentável: Reflexões e Contribuições para Transparência, Participação Social e Controle Social em Escala Municipal. Rio de Janeiro, Petrobras - Agenda 21 COMPERJ / Rede EConsCiencia e Ecopolíticas – Universidade Federal Fluminense (UFF), 8 de agosto de 2013.
- Consultoria ao Júri Externo da 8ª edição do Prêmio Caixa Melhores Práticas de Gestão Local. Caixa Econômica Federal, Brasília-DF, 12 e 13 de novembro de 2013.
- Seminário Nacional Municípios Sustentáveis. Programa Nacional para Municípios Sustentáveis Brasil+20. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 23 e 24 de novembro de 2013.

## Alerj debate sustentabilidade nas compras

No dia 12 de junho a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro promoveu o debate “Compras Públicas Sustentáveis no Estado do Rio de Janeiro: Fazendo Acontecer”, que reuniu gestores públicos federais, estaduais e municipais e fornecedores de bens de consumo em três mesas e apresentação de cases de sucesso.

No encontro, especialistas e técnicos explanaram como os governos federal, estadual e municipais estão se adaptando à nova legislação que os obriga a adotar os critérios de sustentabilidade nas compras. Foram apresentados casos de sucesso, desafios na certificação, na compra de alimentos, nas construções sustentáveis e as opções pelas compras compartilhadas.

O IBAM marcou sua presença no evento, desde os debates iniciais para a organização da pauta, com o apoio do Chefe da Assessoria Jurídica do IBAM Marcus Alonso e na participação do Superintendente Geral, Paulo Timm, na mesa de abertura do evento, que contou com a participação da presidente do Tribunal de Justiça do Rio (TJ/RJ), Leila Mariano; da procuradora-geral do Estado do Rio, Lúcia Léa Guimarães e do presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RJ), Jonas Lopes. Os deputados Luiz Paulo (PSDB) e Jânio Mendes (PDT) também estiveram presentes.

Demais especialistas do IBAM participaram do debate discutindo construções sustentáveis. Ricardo Moraes, supervisor técnico do IBAM, abordou “Código de Obras e Eficiência Energética” e Luciana Hamada, coordenadora do Programa de Eficiência Energética do IBAM, abordou o tema “Energia: Plano Nacional de Eficiência Energética e a obrigatoriedade da etiquetagem PBE Edifica para edificações públicas em 2020”.

### **Diploma Mulher Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro**

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro conferiu a Delaine Martins Costa, Coordenadora do Programa Gênero e Políticas Públicas do IBAM, o Diploma Mulher Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro, criado para homenagear mulheres que se destacam com trabalhos voltados para os direitos das mulheres, dando visibilidade ao tema das relações de gênero e das políticas públicas que devem ser implementadas para que a democracia e os direitos humanos se façam concretos no Estado.

### **Prêmio Ser Humano 2013**

Pelo quinto ano consecutivo o IBAM apoiou a realização do Prêmio Ser Humano – ABRH-RJ – iniciativa que destaca e premia ações inovadoras na área de gestão de pessoas, nas categorias “Organização Pública”, “Micro e Pequena Empresa”, “Média e Grande Empresa”, “Trabalhos Acadêmicos” e “Profissional”, e colabora na avaliação dos cases selecionados na categoria “Organização Pública”, sendo parte integrante da Comissão Julgadora.



A cerimônia de premiação, realizada no dia 25 de novembro, contou com a presença de gestores e representantes de diversas empresas e personalidades do setor público e privado, tais como Firjan, SEBRAE, Losango, Petrobrás, Capemisa e Endesa Brasil, Light, Visagio, Comkit, Officilab e Eletrobras, entre outras. Estavam também presentes o Secretário de Trabalho e Emprego do Município, Augusto Ribeiro, e do Estado, Sérgio Romy, a presidente da ABRH Nacional, Leyla Nascimento, assim como Paulo Timm, Superintendente Geral e Cláudia Ferraz, Superintendente de Organização e Gestão do IBAM.

Na categoria “Organização Pública”, os vitoriosos foram a Eletrobrás, com o case “Implantação de políticas e práticas unificadas de Carreira e Remuneração”, o Hospital Eduardo Rabello, com o case “Implantação de modelo de gestão baseado no programa de excelência em qualidade” e o Núcleo Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro (NERJ), com o case “Preparação para aposentadoria”.

### **Gestão de Iluminação Pública**

Entre os dias 10 e 12 de junho de 2013 foi realizado em São Paulo o ILUMEXPO/2013 – 2ª Exposição e Fórum de Gestão de Iluminação Pública, promovido pela RPM Brasil, no Centro de Convenções Frei Caneca.





O ILUMEXPO 2013 contou com um fórum nos dias 10 e 11 de junho e um workshop Internacional sobre LEDs no dia 12 de junho, além de uma Exposição para visita pelos inscritos e outros convidados.

Os grandes temas debatidos ao longo do evento incluíram Novos Paradigmas para a Gestão, Tecnologias para Implementação e Barateamento de Redes de Distribuição, Relacionamento entre

Concessionárias e Órgãos Públicos, Redes Aéreas e Subterrâneas, Arquitetura em Espaços Públicos, Projetos e Planejamento, Eficiência Energética, Centros de Operação, Política Nacional de Iluminação Pública, Iluminação Decorativa e de Destaque, dentre outros.

Luciana Hamada, Coordenadora Técnica do Programa de Eficiência Energética, apresentou o tema “Gestão da Energia Elétrica nos Municípios”, abordando a importância do conhecimento e da prática da gestão no consumo de energia elétrica pelos gestores municipais, por meio da Metodologia de PLAMGES (Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica), e a gestão do Sistema de Iluminação Pública para os Municípios que receberão os ativos das concessionárias de energia elétrica.

### Compras públicas Sustentáveis no Rio de Janeiro: fazendo acontecer



Como parte das ações desenvolvidas pelo Fórum de Desenvolvimento Estratégico do Estado, foi promovida pela Alerj – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no último dia 12 de junho, o evento Compras públicas Sustentáveis no Rio de Janeiro: fazendo acontecer, no Palácio Tiradentes – Plenário Barbosa Lima Sobrinho.

No encontro, especialistas e técnicos explanaram como os governos federal, estadual e municipais estão se adaptando à nova legislação que os obriga a adotar os critérios de sustentabilidade nas compras. Foram apresentados casos de sucesso, desafios na certificação, na compra de alimentos, nas construções sustentáveis e as opções pelas compras compartilhadas.

O IBAM participou nos debates iniciais para a organização da pauta, com o apoio do Chefe da Assessoria Jurídica do IBAM, Marcus Alonso, e na participação do Superintendente Geral, Paulo Timm, na mesa de abertura do evento, que também contou com a presidente do Tribunal de Justiça do Rio (TJ/RJ), Leila Mariano; a procuradora-geral do Estado do Rio, Lúcia Léa Guimarães

e o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RJ), Jonas Lopes. Os deputados Luiz Paulo (PSDB) e Jânio Mendes (PDT) também estiveram presentes.

A palestra do IBAM, apresentada pela Coordenadora Técnica, Luciana Hamada, abordou o tema “Energia: Plano Nacional de Eficiência Energética – PNEf – e a obrigatoriedade da etiquetagem PBE Edifica para edificações públicas em 2020”, que relatou as metas do PNEf e as informações básicas para etiquetagem do nível de eficiência energética em edificações públicas, comerciais e de serviços, desenvolvida em parceria entre a ELETROBRAS/PROCEL e o Inmetro, no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem.

### **Cerimônia de Entrega dos Certificados de Capacitação em Gestão Energética Municipal**

Como parte das ações desenvolvidas pela Unidade de Gestão Energética Municipal – UGEM – do Município de Araras (SP), foi promovida pela Prefeitura Municipal, no dia 27 de junho de 2013, a Cerimônia de Entrega dos Certificados de Capacitação em Gestão Energética Municipal aos Coordenadores e Colaboradores da UGEM.



Compareceram à solenidade o Prefeito Dr. Nelson Dimas Brambilla, secretários e diretores da administração, o coordenador geral da UGEM, Oswaldo Salviatto Junior, colaboradores da UGEM, o Presidente da Câmara Municipal, Breno Zanoni Cortella, além dos representantes da ELEKTRO Eletricidade e Serviços S.A., Lucas Sanches Rafacho, gerente-executivo de Mercado e Suprimento de Energia, e Eduardo Zornoff, gerente de Relacionamento Personalizado com Clientes.

O IBAM prestigiou o evento, com a presença da Coordenadora Técnica do Programa de Eficiência Energética, Luciana Hamada, e dos consultores especialistas, Luiz Felipe Pacheco e Jair Bressan.

### **Gestão e Eficiência na Iluminação Pública Municipal**



Tendo em vista a história e experiência do IBAM no fortalecimento da Administração Municipal nos diversos temas de sua responsabilidade, a Instituição foi convidada a participar do 1º Seminário Estadual – Gestão e Eficiência na Iluminação Pública Municipal, nos dias 11 e 12 de novembro de 2013, no Salão de Convenções do Hotel Oásis Atlântico, em Fortaleza (CE).

O evento, promovido pela Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece) e a Companhia Energética do Ceará (Coelce), tratou da Transferência dos Ativos do Sistema de Iluminação Pública, estabelecida pela Resolução Normativa 414/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).



O evento teve como objetivo apresentar aos gestores públicos, secretários e técnicos municipais, informações relevantes que proporcionem entendimento mais amplo sobre a questão, pois a partir de janeiro de 2015 a gestão e manutenção do sistema de iluminação pública passarão a ser responsabilidade dos Municípios cearenses – que hoje estão a cargo da Coelce.

A Coordenadora Técnica do IBAM, Luciana Hamada, proferiu a palestra “Gestão do Sistema de Iluminação Pública: Aspectos Legais, Administrativos e Contábeis” – abordando o estudo da legislação municipal para o recebimento dos ativos e os aspectos administrativos e contábeis para a realização da gestão deste serviço e a institucionalização da Contribuição de Iluminação Pública – CIP.

### **Seminário em Porto Velho debate experiências de municípios do Bioma Amazônia contra o desmatamento**



Com a proposta de apresentar, debater e promover a troca de informações e a articulação entre instituições, o seminário “Gestão Socioambiental Municipal – Troca de Experiências”, reuniu representantes dos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia nos dias 22 e 23 de agosto, em Porto Velho (RO).

Para comentar a experiência vivenciada em cidades do Bioma Amazônia, o IBAM esteve representado por Alexandre Santos, Superintendente de Desenvolvimento Econômico Social, que fez sua apresentação no painel Oportunidades e Desafios para implementar a Gestão Socioambiental nas Administrações Públicas Municipais e Estaduais.

### **Equipe do programa de EAD em democracia e gênero participa de fórum em Brasília**

O encontro anual do Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPMs), realizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) no período de 29 a 31 de outubro, reuniu cerca de 330 gestoras públicas, no Distrito Federal, para tratar sobre o tema central “Agendas transversais e políticas para as mulheres”.

O evento teve o intuito de fortalecer os OPMs frente às estratégias de desenvolvimento adotadas pelas unidades da federação, além de contribuir para potencializar a inserção das políticas para as mulheres nos respectivos cenários de desenvolvimento sustentável, considerando os aspectos local e regional.

Na ocasião foi feita a divulgação dos cursos que integram o Programa de Capacitação a Distância em Democracia e Gênero e inscrições de gestoras, assessoras e mulheres que atuam com políticas públicas para mulheres.

## 5º Encontro PPP Américas BID / FOMIN

Pelo quinto ano consecutivo o IBAM esteve presente no encontro promovido pelo Fondo Multilateral de Inversiones – FOMIN/BID, representando por Alexandre Santos, Superintendente de Desenvolvimento Econômico e Social e Coordenador do programa de promoção de microalianças público-privadas municipais, que o IBAM, desde 2008 vem implementando com apoio do referido Fundo.

Desse encontro, realizado em Cartagena de Índias – Colômbia, participaram além das autoridades dirigentes do BID e do FOMIN, coordenadores e técnicos que implementam programas similares em todos os países latino-americanos, bem como representantes dos respectivos governos nacionais.

Trata-se de uma oportunidade de troca de experiências e de reflexão sobre os avanços nas relações de cooperação entre o setor público e o privado (empresas e os organismos de representação comunitária) em nossos países.

## Prevenção e impactos relacionados à mudança do clima são estudados por missão moçambicana

O Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS – Zonas Urbanas/Nampula) do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) da República de Moçambique solicitou ao IBAM a organização, coordenação e acompanhamento das atividades de uma missão do CDS no Brasil para troca de experiências com ênfase nos impactos da mudança do clima em áreas vulneráveis a riscos em encostas, na zona costeira e na vida humana.



Lucas Cumbeza, Director do Centro de Desenvolvimento Sustentável – Zonas Urbanas (CDS-ZU), Justina Muianga, Chefe de Repartição de Documentação e Informação, Adalberto Moulinho, Chefe de Departamento de Formação e Egidio Armando, Técnico do Ambiente, estiveram no Rio de Janeiro no período de 21 a 25 de janeiro cumprindo a agenda organizada pelo IBAM que incluiu diálogos dos membros da missão com autoridades e especialistas brasileiros no assunto, para enquadramento geral do

tema no avanço do conhecimento, e visitas guiadas de campo em Municípios do Estado expostos a vulnerabilidades.

## IBAM amplia seus vínculos com Angola

No dia 22 de março o IBAM recebeu comitiva de 11 autoridades angolanas, chefiada pelo Ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa Baltazar Diogo, e integrada por governadores provinciais e altos funcionários ministeriais.

A visita foi provocada por informação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil de que havia interesse, por parte dos componentes, em conhecer as atividades do Instituto e saber como o Município brasileiro enquadra-se na federação, inclusive quanto às eleições de seus dirigentes, já que Angola está se preparando para realizar as primeiras eleições municipais este ano.



O Superintendente Geral, Paulo Timm, apresentou um resumo da atuação do IBAM. Seguiram-se palestras sobre o Município no Brasil e sobre as eleições, especialmente a respeito das inovações tecnológicas e operacionais, esta a cargo do representante do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Bruno de Souza Andrade, especialmente convidado por este Instituto.

Os participantes estrangeiros, após cada exposição, fizeram perguntas e pediram esclarecimentos sobre aspectos detalhados dos temas.

Dando sequência ao intercâmbio entre Brasil e Angola, por solicitação da Universidade Agostinho Neto, de Luanda, foi organizado e executado no Rio de Janeiro, entre 15 e 17 de abril, um programa de visitas para dois professores daquela instituição participarem de reuniões técnicas no IBAM e em outras instituições acadêmicas do Rio de Janeiro.

Os visitantes foram o Prof. Carlos Manuel dos Santos Teixeira, diretor do Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governança Local (CPPPGL) daquela Universidade e o Prof. Jacob Massuanganhe, diretor de programas do Centro.

O objetivo da visita foi conhecer as experiências do IBAM em assessoramento aos Municípios, em formação a distância e na utilização de plataforma tecnológica em produção científica e elaboração de manuais. Durante as reuniões com a equipe técnica do IBAM, foi amplamente discutida a oportunidade de elaboração de um projeto conjunto de capacitação e de desenvolvimento dos municípios e futuras autarquias angolanas.

A segunda parte do Programa foi desenvolvida com visitas a universidades ou centros acadêmicos, parceiros do IBAM, que desenvolvessem cursos de mestrado e de doutorado na área de gestão pública e controle financeiro e que tivessem interesse em intercambiar alunos e professores com as unidades angolanas.



Foram realizadas, sob a coordenação de professores do IBAM, duas visitas. A primeira, na Coordenação dos Cursos de Pós-graduação das Faculdades de Economia e de Administração e Finanças, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, para conhecer e aprofundar informações sobre a execução de cursos de mestrado e de doutorado executados por aquela universidade nos temas de administração e políticas públicas.

A segunda, na Fundação Getulio Vargas, com dirigentes da Assessoria Internacional e com o Coordenador do Programa de Pós-graduação da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas daquela entidade.

Como resultado do Programa organizado, o IBAM firmou acordo com o Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governança Local – CPPPGL, da Universidade Agostinho Neto, de Angola, para a realização de esforços conjuntos visando o intercâmbio entre as duas instituições no âmbito acadêmico, científico, tecnológico, institucional e técnico no campo da Administração Pública local. O documento foi firmado pelo Diretor do CPPPGL, Prof. Carlos Teixeira, e pelo Superintendente do IBAM, Paulo Timm, quando da visita do primeiro ao Instituto em abril.

A terceira atividade de intercâmbio ocorreu por solicitação do IFAL – Instituto de Formação da Administração Local – organismo vinculado ao Ministério da Administração do Território, que desenvolveu programa de capacitação descentralizada no território angolano para preparar os técnicos de administração local e das futuras autarquias.

Estiveram em Angola para participar nos eventos promovidos pelo IFAL os técnicos João Lagüens, Marcos Flávio R. Gonçalves e Patrícia Araújo Santos, que fizeram exposições nas cidades de Benguela e Huambo para público formado por dirigentes e servidores da Administração daquele país.



Os temas tratados disseram respeito à experiência brasileira em relação aos Municípios, sob diversos aspectos, como a organização governamental brasileira, o multiculturalismo, a legislação aplicável, o desenvolvimento econômico local, o sistema fiscal-tributário e a formação de recursos humanos.

Foi realizada, ainda uma quarta atividade quando, em substituição ao Superintendente Geral do IBAM, Paulo Timm, Mara Biasi compareceu como representante institucional, no período de 3 a 6 de outubro, a dois eventos organizados pelo Ministério de Administração do Território e a uma reunião do IFAL – a Feira dos Municípios e Cidades de Angola – FMCA e o Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola, ambos realizados na cidade de Luanda.

A FMCA foi realizada pela primeira vez no país e contou com a representação das 18 províncias e seus 163 Municípios que expuseram aspectos de seu desenvolvimento institucional, econômico e cultural para clientela que se compunha de autoridades governamentais e representantes estrangeiros além de convidados do setor privado.

O Fórum, também realizado pela primeira vez, contou com a participação do IBAM em dois painéis sobre os temas Concursos Públicos e Orçamento Participativo. Os painéis tiveram a participação de diretores de organismos governamentais nacionais, reitores de universidades e assessores internacionais. As palestras foram dirigidas a governadores e vice-governadores provinciais, administradores municipais e dirigentes provinciais e nacionais, além de representantes do terceiro setor especialmente convidados.

A reunião de trabalho com a equipe do IFAL ocorreu no dia 7 de outubro quando foi discutida a elaboração de um Termo de Cooperação entre o IFAL e o IBAM e foram identificadas as possíveis áreas de atuação prioritárias a serem contempladas no Termo que deverá ser assinado em 2014.

*“No campo do desenvolvimento de competências e habilidades, com foco em políticas públicas e em instrumentos gerenciais, o IBAM mantém programas de cursos presenciais e a distância, que visam fortalecer e aprimorar as capacidades dos diversos atores – governo e sociedade.”*

A prática educacional desenvolvida pelo IBAM tem por objetivo fortalecer os agentes políticos, gestores e servidores públicos, dirigentes de organizações governamentais e não governamentais, além de lideranças da sociedade civil.

Em 2013 a atuação da Escola Nacional de Serviços Urbanos do IBAM, além da execução do Programa de Capacitação, se caracterizou pela implantação de melhorias na infraestrutura dos cursos a distância e nas metodologias de execução de projetos de capacitação.

Novas ações em ensino a distância foram iniciadas, como a criação de comunidades de prática (CoP) destinadas a alunos egressos dos cursos presenciais e a distância com a finalidade de ampliar os espaços de debate sobre os temas trabalhados nos cursos.

Importante ressaltar a diversidade das iniciativas, dentre elas a que incorpora o desenvolvimento de metodologia para assessoramento a Escolas de Governo e a execução de programa de visitas técnicas a partir da experiência e participação do IBAM como representante do Fórum Iberoamericano de Boas Práticas.

A metodologia de ensino adotada permanece fundamentada no método construtivista e na ênfase em “aprender fazendo” como estratégia essencial para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências.

A seguir são descritas as atividades realizadas em 2013.

## Programa de Capacitação

O Programa de Capacitação anual da ENSUR compreende cursos presenciais e a distância oferecidos em quatro eixos temáticos:

- Direito, Gestão e Técnicas de Governo
- Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade
- Finanças Públicas
- Políticas Públicas Setoriais





Os cursos presenciais são realizados no Rio de Janeiro (sede do IBAM), nos Estados onde há Representação do IBAM ou ainda sob demanda, na forma de cursos descentralizados (*in company*).

O quadro a seguir registra os cursos presenciais realizados com respectiva carga horária e número de participantes.

| Curso                                                                                         | Carga horária | Participantes |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Elaboração e Gerenciamento de Projetos no contexto do SICONV                                  | 30            | 9             |
| Gestão de Convênios no SICONV: da celebração à prestação de contas                            | 30            | 13            |
| SICONV – Execução a Prestação de Contas com OBTV                                              | 30            | 44            |
| Elaboração do Orçamento Municipal                                                             | 21            | 11            |
| Gestão e Controle Orçamentário e Financeiro                                                   | 24            | 8             |
| Introdução à Contabilidade Municipal no contexto das NBCASP                                   | 24            | 11            |
| Contabilidade Pública Municipal no contexto das NBCASP                                        | 24            | 24            |
| Iluminação Pública Eficiente                                                                  | 21            | 14            |
| Processo e Técnica Legislativa                                                                | 21            | 18            |
| Redação Oficial                                                                               | 30            | 8             |
| Licitações e Contratos, Sistema de Registro de Preços e Regras de Preferência para MEs e EPPs | 30            | 28            |
| Transparência e Controle Social                                                               | 16            | 18            |
| Controle Interno                                                                              | 12            | 20            |
| <b>Total</b>                                                                                  | <b>313</b>    | <b>226</b>    |

## Cursos a Distância

Os cursos a distância – EAD são executados em duas modalidades: autoinstrução e com apoio de tutoria especializada, ambos oferecidos e realizados *on-line* no ambiente virtual de aprendizagem do IBAM (AVA-IBAM).

Os resultados alcançados indicam que os cursos a distância do Programa de Capacitação seguem trajetória similar aos cursos presenciais, devendo consolidar-se como alternativa para agentes políticos, gestores e servidores públicos de diversos níveis que buscam capacitação a distância com temas focados prioritariamente em questões municipais. Os cursos realizados pelo Programa Anual da ENSUR na modalidade a distância são listados a seguir.

| Curso                                                 | Carga horária | Participantes |
|-------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Português para Quem tem Pressa                        | 30            | 30            |
| Processo e Técnica Legislativa – PTL                  | 20            | 68            |
| Fundamentos de Licitações e Contratos Administrativos | 40            | 24            |
| Gestão de Pessoas                                     | 30            | 26            |
| Gestão do Fundo Especial da Assistência Social – FAS  | 30            | 36            |
| Gestão Tributária Municipal                           | 30            | 32            |

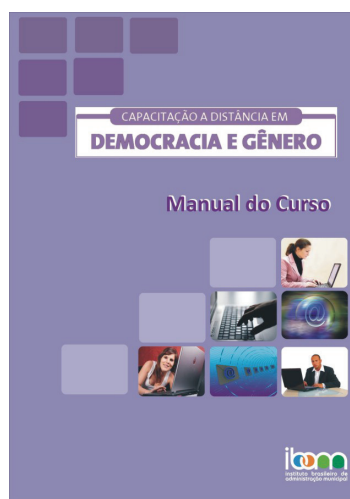
| Curso                                                                    | Carga horária | Participantes |
|--------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Planos de Resíduos Sólidos: desafios e oportunidades no contexto da PNRS | 30            | 47            |
| O Município e a Gestão Pública do Turismo                                | 21            | 9             |
| Gestão do Sistema de Iluminação Pública                                  | 30            | 18            |
| Encerramento do Exercício e Prestação de Contas – EEPC                   | 30            | 9             |
| <b>Total</b>                                                             | <b>261</b>    | <b>299</b>    |

## Programa de Capacitação a Distância em Democracia e Gênero

Em convênio com a Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM, o IBAM preparou o Programa de Capacitação a Distância em Democracia e Gênero que oferece os cursos:

- Direitos Humanos e Desigualdades Sociais;
- Gênero, Representação e Participação Política;
- Políticas Públicas e Governo Local.

O Programa tem como objetivo contribuir para o fortalecimento de organismos de políticas para as mulheres e incentivar a implementação de políticas públicas nas áreas de gênero, mulheres e feminismo, visando à capilaridade das políticas do Governo Federal e da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM na perspectiva da construção da autonomia e da igualdade para as mulheres.



Os cursos, com duração de dois meses e carga horária de 60 horas, são oferecidos *on-line* com apoio de tutoria especializada e conta com as seguintes funcionalidades: fórum, midiateca, correio e tira dúvidas.

O quadro a seguir apresenta as Unidades de Estudo que integram cada curso.

| Unidade de Estudo                                                            | Curso Políticas Públicas e Governo Local (60h) | Curso Direitos Humanos e Desigualdades Sociais (60h) | Curso Gênero, Representação e Política (60h) |
|------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Governo local e gênero                                                       | X                                              | X                                                    | X                                            |
| Desigualdades sociais                                                        |                                                | X                                                    |                                              |
| Direitos humanos e das mulheres                                              | X                                              | X                                                    | X                                            |
| Políticas públicas, situação das mulheres no Brasil e histórico do feminismo | X                                              |                                                      |                                              |
| Planejamento, orçamento e gênero                                             | X                                              | X                                                    | X                                            |
| Mulheres na política                                                         |                                                |                                                      | X                                            |

## Projeto de Qualificação Técnica em Resíduos Sólidos com Apoio da Embaixada dos Países Baixos

O IBAM executou, com apoio da Embaixada dos Países Baixos, o projeto de Qualificação Técnica para Elaboração de Planos de Resíduos Sólidos que compreende, dentre outras, a realização das seguintes atividades: (i) curso Planos de Resíduos Sólidos: desafios e oportunidades no contexto da Política Nacional de Resíduos Sólidos; e (ii) Comunidade de Prática (CoP) sobre o tema.

O curso teve como objetivo apresentar informações técnicas, legais e metodológicas para apoiar a elaboração de Planos de Resíduos Sólidos que atendessem as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e da Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (LDNSB), e que respondessem aos desafios enfrentados pelos Municípios brasileiros na sustentabilidade da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.



Dividido em três unidades, o curso aborda, em sua primeira unidade, os novos paradigmas do setor, incluindo a reflexão sobre o conceito de gestão integrada de resíduos sólidos, a apresentação das atividades dos serviços públicos de resíduos sólidos e o panorama nacional. Em seguida são apresentados os principais instrumentos legais para o setor, aprofundando a discussão sobre gestão associada. A última unidade debate as especificidades dos Planos de Resíduos Sólidos e aborda aspectos técnicos e metodológicos para

elaboração de planos estaduais e municipais de resíduos sólidos.

Ao longo do ano de 2013 foram realizadas três turmas com apoio de tutoria especializada. Tanto o curso quanto a Comunidade de Prática contam respectivamente com a mediação de tutoria e moderador para orientação técnica e animação das discussões e intercâmbio de experiências desenvolvidos nos fóruns de discussão.

A transversalidade do tema abordado no curso se refletiu na área de atuação e formação dos participantes, que contou com gestores públicos municipais das áreas de meio ambiente, administração, assistência social, obras e urbanismo, educação, além de acadêmicos, técnicos e profissionais autônomos das cinco grandes regiões do país.

## Projeto de Capacitação em Regularização Fundiária em Tangará da Serra/MT



O Curso de Capacitação em Regularização Fundiária, dirigido a servidores do Município de Tangará da Serra, foi proposto no âmbito das ações que vêm sendo desenvolvidas pela Prefeitura Municipal para elaboração e implementação do “Projeto Parque Linear às margens do Córrego Figueira”. Motivado pela o interesse específico em torno de questões relativas à área de intervenção, a demanda pelo curso teve como expectativa

proporcionar a atualização dos participantes no tema da regularização fundiária e instrumentalizar a equipe local para outras ações nesse campo de atuação. Assim, foram os objetivos do curso:

- atualização no debate sobre o problema das irregularidades em assentamentos populares (origens, causas e consequências) e incorporação do tema na agenda da política urbana no Brasil;
- conhecimento do conjunto de instrumentos jurídicos-urbanísticos disponíveis na legislação brasileira para regularização fundiária;
- compreensão dos procedimentos técnicos próprios dos processos de regularização fundiária;
- debates sobre as dimensões de um programa municipal de regularização fundiária, limites e possibilidades da atuação.



## Projetos de Capacitação Municipal

### Fundação Bunge: apoio ao programa de capacitação para servidores municipais

A capacitação teve como objetivo a formação e instrumentalização de servidores públicos de três Municípios que participam do Programa de Desenvolvimento Territorial promovido pela Fundação Bunge no Estado de Tocantins.

A capacitação compreendeu a execução de cinco cursos com o propósito de aperfeiçoar competências diversas, considerando-se os requisitos dos cargos e funções que os técnicos indicados ocupam na administração do Município.



A iniciativa reforçou o compromisso da Fundação com os Governos Municipais da região e contribuiu para a melhoria dos processos de gestão pública e a elevação da qualidade dos serviços prestados à população.

Foram realizados quatro cursos, contabilizando uma carga horária total de setenta horas, distribuída por dez dias de sete horas diárias. O último curso – Formação de Multiplicadores – foi realizado em um dia, com a carga horária de seis horas.



## Capacitação em Qualidade no Atendimento para Prefeitura Municipal de Jundiaí

Em parceria com a Escola de Governo e Gestão do Município de Jundiaí o IBAM realizou no período de 26 de novembro a 17 de dezembro de 2013, quatro turmas do curso Atendimento de Qualidade ao Cidadão.

No total 143 servidores, entre gestores de atendimento e atendentes foram capacitados. A metodologia adotada permitiu a interação entre as equipes de diversas Secretarias visando à revisão das práticas adotadas e à uniformização do atendimento na Prefeitura. Os cursos foram realizados nas dependências da EGMJ, na cidade de Jundiaí/SP.

## Transparência e Controle Social



Novo tema no Programa de Capacitação do IBAM, o curso “Transparência e Controle Social” foi realizado na cidade de São Paulo com a participação de servidores de diversas Prefeituras do Estado. O objetivo foi orientar os participantes quanto ao marco legal, rotinas e procedimentos que devem ser adotados tendo em vista a necessidade de dar transparência as informações públicas. O programa abordou os Princípios Constitucionais da Administração Pública, Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Acesso a Informação com respectivo impacto para a Gestão Pública Municipal.

## Cursos Descentralizados

O quadro a seguir traz a síntese dos cursos realizados pelo IBAM de forma descentralizada.

| Curso                                                              | Local de Realização | Período            | Carga Horária | Contratante         | Número de Participantes |
|--------------------------------------------------------------------|---------------------|--------------------|---------------|---------------------|-------------------------|
| Elaboração e Gerenciamento de Projetos no contexto do Siconv       | Piraí/RJ            | 10, 11, 15 e 16/04 | 28 horas      | PM Piraí            | 30                      |
| Gestão de Convênios no Siconv: da Celebração a Prestação de Contas | Dourados/MS         | 4 a 7/06           | 28 horas      | PM Dourados         | 33                      |
| Capacitação em Regularização Fundiária                             | Tangará da Serra/MS | 27 a 29/05         | 24 horas      | PM Tangará da Serra | 31                      |
| Elaboração e Gerenciamento de Projetos no Siconv                   | Dourados/MS         | 6 a 9/08           | 28 horas      | PM Dourados         | 33                      |
| Elaboração do Plano Plurianual – Seminário                         | Cuiabá/MT           | 11 e 12/04         | 14 horas      | Serprel             | 140                     |



| <b>Curso</b>                                                     | <b>Local de Realização</b> | <b>Período</b>                 | <b>Carga Horária</b> | <b>Contratante</b> | <b>Número de Participantes</b> |
|------------------------------------------------------------------|----------------------------|--------------------------------|----------------------|--------------------|--------------------------------|
| Contabilidade Pública Municipal no contexto das NBCASP           | Itaúna/MG                  | 29 a 31/07                     | 21 horas             | ADCON              | 40                             |
| Elaboração das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Municipal | IBAM/RJ                    | 22 a 24/04                     | 17,5 horas           | Fundação Bunge     | 5                              |
| Gestão e Controle Orçamentário e Financeiro                      | IBAM/RJ                    | 24 a 26/04                     | 17,5 horas           | Fundação Bunge     | 5                              |
| Fundamentos de Licitações e Contratos Administrativos            | IBAM/RJ                    | 15 a 17/04                     | 17,5 horas           | Fundação Bunge     | 5                              |
| Gestão de Contratos e Convênios no Siconv                        | IBAM/RJ                    | 17 a 19/04                     | 17,5 horas           | Fundação Bunge     | 5                              |
| Formação de Multiplicadores                                      | IBAM/RJ                    | 29/04                          | 6 horas              | Fundação Bunge     | 5                              |
| Atendimento de Qualidade ao Cidadão – Gestores                   | Jundiaí/SP                 | 26, 27, 28 e 29/11; 16 e 17/12 | 12 horas             | PM Jundiaí         | 61                             |
| Atendimento de Qualidade ao Cidadão – Atendentes                 | Jundiaí/SP                 | 3, 4 e 5/12; 10 e 11/12        | 12 horas             | PM Jundiaí         | 82                             |

## **Pós-graduação a Distância IBAM/Uniassevi**

O IBAM prosseguiu com o programa de cooperação com a UNIASSELVI para a realização de cursos em nível de pós-graduação, pelo sistema de ensino a distância, destinado a público pós-graduado de todo o território nacional que atue ou tenha interesse em atuar ou conhecer mais profundamente questões de políticas públicas e de gestão municipal.

Em 2013, além da continuidade da turma do MBA em Gestão e Políticas Públicas Municipais, inclusive com a realização de uma turma semipresencial exclusiva para servidores de Itapetininga/SP, destaca-se o lançamento da 1ª turma de especialização do curso sobre Políticas e Gestão de Serviço Social, para o qual foram preparados cinco cadernos de estudo e respectivos vídeos.

O novo curso de Políticas e Gestão de Serviço Social divide-se em dois módulos: Fundamental e Específico. O módulo Fundamental é composto por duas disciplinas básicas de caráter introdutório e metodológico enquanto o módulo Específico é composto por cinco disciplinas sobre temas relacionados à assistência social. O IBAM foi responsável pela produção técnica dos textos de estudo das disciplinas específicas e pela produção das videoaulas ilustrativas do seu conteúdo.

A estratégia para a realização do curso na área de políticas sociais se orienta para o aperfeiçoamento de profissionais egressos do curso superior na área de assistência social e que para sua plena



atuação têm que se familiarizar com conceitos de políticas públicas e de gestão em nível local aplicáveis à sua área profissional.

Em Itapetininga, foram capacitados 73 servidores efetivos do quadro de pessoal da Prefeitura.

Ao longo do ano, a equipe do Instituto realizou 13 encontros presenciais com os alunos em Itapetininga, cuja finalidade foi a de expor os principais temas do curso, dirimir dúvidas relacionadas ao estudo, avaliar e orientar os alunos, sob a coordenação de um Tutor Presencial.

Além das disciplinas cursadas, a turma de servidores da Prefeitura de Itapetininga produziu, no âmbito do curso e na forma de artigos científicos, trabalhos de conclusão que trataram dos mais variados temas ligados à Gestão Pública e às Políticas Municipais, no contexto das áreas específicas de atuação de cada um e dos temas tratados nos materiais de estudo.



Em 2013 um total de 434 alunos ingressaram nos cursos de pós-graduação (MBA e especialização) oferecidos pelo IBAM em parceria com a Uniasselvi. A distribuição dos alunos por curso é indicada no quadro a seguir:

| Curso                                                              | Nº Participantes |                |
|--------------------------------------------------------------------|------------------|----------------|
|                                                                    | On-line          | Semipresencial |
| MBA em Gestão e Políticas Públicas Municipais (480 horas)          | 76               | 96             |
| Especialização em Políticas e Gestão de Serviço Social (440 horas) | 97               | 165            |
| <b>Total de Participantes</b>                                      | <b>173</b>       | <b>261</b>     |

*“A assessoria prestada pelo IBAM se reflete na formulação de políticas públicas finalísticas ou setoriais, tais como políticas sociais e ambientais, importantes responsáveis pela oferta de serviços à população, além de promover a responsabilização e a sustentabilidade da Administração Pública.”*

## Assessoria Técnica

A assessoria prestada pelo IBAM tem por finalidade a promoção do desenvolvimento institucional no âmbito da Administração Pública e se reflete na formulação de políticas públicas finalísticas ou setoriais, como por exemplo políticas sociais e ambientais, fundamentais para a oferta de serviços que impactem favoravelmente a população. Por outro lado, a definição de medidas e parâmetros transversais que zelam pelo funcionamento e gestão públicas – como o estudo e a revisão de processos que conduzem à modernização administrativa, de recursos humanos, ao aperfeiçoamento da área financeira, entre outros aspectos – tem a finalidade de promover a responsabilização e a sustentabilidade da Administração Pública. A relação de projetos executados, apresentados a seguir de forma sucinta, é ilustrativa das atividades realizadas no período.

### Gestão Ambiental nos Municípios do Bioma Amazônia

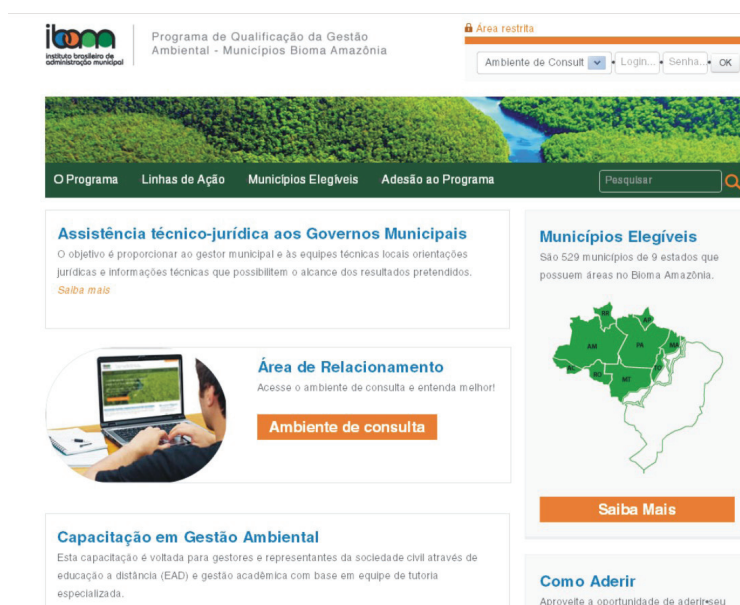
Contrato assinado entre o IBAM e o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – viabiliza a implementação do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia que será desenvolvido ao longo dos próximos quatro anos. Os recursos que financiam o Programa vêm do Fundo Amazônia que, gerido pelo BNDES, é um instrumento de captação de recursos de doações voluntárias para aplicação não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável no bioma.

O Programa está focado no desenvolvimento de processos de trabalho mediante a instrumentalização da administração pública em nível local e na capacitação de pessoas envolvidas nas decisões públicas. Tem como objetivo central o aprimoramento da gestão ambiental nos Municípios que, mais criticamente, vivem os problemas do desmatamento. O principal desafio a ser enfrentado pelos 529 governos municipais que serão beneficiados é que se tornem institucionalmente fortalecidos e operacionalmente preparados para fazer face às recomendações das normas do setor, adotando práticas gerenciais compatíveis.



São seis as linhas de ação do Programa: (a) capacitação em gestão ambiental para agentes dos poderes Executivo e Legislativo e representantes da sociedade civil, em módulos a distância bem como em atividades e eventos presenciais; (b) encontros com o poder legislativo municipal, visando ao debate de temas relevantes com participação e liderança das Câmaras Municipais;

(c) orientação técnico-jurídica aos governos municipais, mediante consultoria a distância, com produção de pareceres técnico-jurídicos e acesso a portal na internet contendo estudos, pareceres, modelos legislativos e administrativos, artigos técnicos e pesquisas; (d) promoção de comunidades de aprendizagem, que incentivem a educação continuada com base na criação e mobilização de redes voltadas para a expansão de conhecimentos e trocas de experiências; (e) premiação de boas práticas, destinada aos Municípios que se destaquem pela inovação em ações e projetos; e (f) descentralização da gestão ambiental, contemplando iniciativas que facilitem a articulação entre Estados e Municípios e outros atores locais e regionais para estimular o diálogo federativo acerca da gestão socioambiental.



O Programa foi ativado no último trimestre do ano e logo foram preparados materiais para sua divulgação, sob forma de folheto explicativo e de site na internet (<http://amazonia-ibam.org.br/>). A equipe designada para o trabalho incumbiu-se, neste período, de preparar termos de referência para a elaboração de documentos-âncora e um plano de mobilização para os Municípios objeto do Programa. Foram selecionados os Estados do Pará, Acre e Rondônia para as articulações iniciais.

Em acordo entre o IBAM e o BNDES ficou estabelecido que os Municípios deverão assinar um Termo de Adesão ao Programa para que possam receber, sem ônus, os benefícios dele decorrentes. É pela adesão formal dos Municípios que as ações previstas ganharão efetividade. Inicialmente os governos locais deverão assinar em termo próprio o compromisso de, por um período de quatro anos, participar das atividades propostas no Programa.

## Alianças Público-Privadas Municipais

Desde 2009, o IBAM, com o apoio do FOMIN / BID, por meio do Programa de Promoção de Micro Alianças Público-Privadas passou a apoiar a constituição de alianças entre o setor público e setores privados locais em alguns Municípios brasileiros, buscando não apenas novas formas de cooperação, mas também melhorar práticas consagradas na gestão das cidades brasileiras, sobretudo formas de cooperação que permitissem alcançar segmentos sociais de baixa renda ou marginalizados dos setores formais da economia, tornando-os beneficiários do rol de oportunidades econômicas que se abriam com essa cooperação. Tais iniciativas, sem perder o foco no aperfeiçoamento dos serviços públicos, ou mesmo da redução do gasto, buscavam permitir que tais segmentos desfavorecidos também pudessem vir a ser fornecedores dos serviços, desde que organizados e formalizados.

Nessa direção o Programa de Promoção de Micro APPs buscava manter-se fiel não apenas às intenções inicialmente formuladas, mas também ao próprio princípio essencial do FOMIN, qual seja, o de ser, de acordo com o conceito de Julie T. Katzman, General Manager – FOMIN/BID: “parceiro na redução da pobreza na América Latina e no Caribe, por meio do desenvolvimento do setor privado”. Destaca-se que, na concepção aplicada ao Programa que estava sendo implementado, a expressão setor privado adquiria um sentido amplo, incorporando tanto o segmento empresarial, quanto o terceiro setor.

Em 2013 foram concluídos alguns projetos e iniciados outros. Também foi finalizado um conjunto de publicações onde estão registradas as experiências vivenciadas com as distintas iniciativas, que podem ser conhecidas no site [www.aliancaspUBLICOPRIVADAS.org.br](http://www.aliancaspUBLICOPRIVADAS.org.br), na área “conhecimento”.

### **Iniciativas Implementadas no Campo dos Resíduos Sólidos**

No campo dos resíduos sólidos, os Municípios enfrentam o desafio determinado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e o Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010) de implementar em curto prazo a coleta seletiva. Nesse contexto foram identificadas oportunidades de desenvolver experiências inovadoras no sentido de contribuir para a eliminação dos lixões, para a inclusão socioprodutiva dos catadores e para o fomento à logística reversa, contando com parcerias do setor empresarial e das comunidades locais.

A organização dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis em cooperativas ou associações e a promoção da construção e do aparelhamento de galpões de triagem e beneficiamento foram iniciativas direcionadas para o estabelecimento de Micro Alianças Público-Privadas entre as cooperativas de catadores e as Prefeituras Municipais. Tais ações permitiram, de um lado, que os catadores fossem incluídos no setor formal da economia, assegurassem uma renda mínima, saíssem dos lixões onde viviam e adquirissem, enfim, cidadania. E, de outro, que as Prefeituras atingissem as metas estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, diminuindo o volume dos resíduos destinados aos aterros, alterando, por consequência, custos na operação de coleta convencional e na destinação final dos resíduos úmidos.

Com o apoio da Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia (CONDER) e da Prefeitura Municipal, entre outros parceiros, o projeto “Coleta Seletiva Inclusiva no Contexto das Alianças Público-Privadas” está sendo concretizado no Município de Ilhéus – BA”. Nesse caso, foi necessário organizar a associação dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; regularizar seu funcionamento, capacitar o grupo para a gestão e operação do seu negócio; elaborar um plano de negócios e o plano operacional.





Deve-se realçar que, ainda no âmbito do Programa de Promoção de APPs, uma outra iniciativa no campo dos resíduos sólidos foi desenvolvida nas cidades gêmeas e conurbadas de Ponta Porã – MS/ Brasil e Pedro Juan Caballero/Paraguai. Trata-se do estudo prospectivo para implantação de um aterro binacional visando à destinação final dos resíduos, abrangendo a elaboração de cenários, a identificação de soluções jurídicas e a formalização de compromissos dos agentes políticos das instâncias estaduais/departamentais e locais dos dois países. Finalmente, no final de 2013 teve início o Plano Municipal de Saneamento de Ponta Porã – MS e em 2014 o mesmo Plano deverá ser elaborado para a municipalidade de Pedro Juan Caballero – Paraguai.

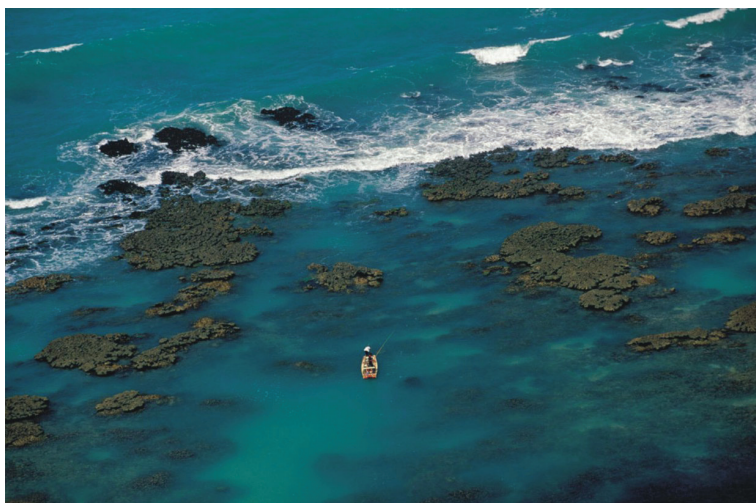


A experiência, totalmente inovadora, abre espaço para iniciativas de colaboração entre cidades fronteiriças que pode vir a incrementar a ação do IBAM nesses territórios, como também oferecer perspectivas concretas de ampliação de oportunidades de PPPs com esse formato e finalidade.

### **Foco na Promoção do Desenvolvimento Econômico Local**

Ainda no âmbito do Programa Micro Alianças Público-Privadas, cabe destacar um segundo grupo de iniciativas voltadas à promoção do desenvolvimento econômico sustentável, e, em especial, sua dimensão de inclusão socioprodutiva.

No litoral norte do Estado de Alagoas, numa região denominada “Costa dos Corais”, onde o turismo de sol e mar se expande em municipalidades ainda institucionalmente frágeis e, nas porções interioranas do território, a cultura canavieira divide com a agricultura familiar a resposta pela atividade econômica mais tradicional da região, foram concluídas em 2013 iniciativas de promoção de APPs, com o apoio da Desenvolve – Agência de Fomento do Estado de Alagoas.





Ali, foram desenvolvidas parcerias entre as Prefeituras Municipais de Japaratinga e Maragogi e as associações de pequenos produtores periurbanos, para que fornecessem seus produtos para a merenda escolar. Também foi trabalhada parceria entre estas mesmas associações e os hotéis e pousadas do Município de Japaratinga para que passassem a fornecer seus produtos para esses estabelecimentos.

Em função da fragilidade das administrações Municipais da região, foram ainda desenvolvidas avaliações de suas condições institucionais e propostas diretrizes para o aprimoramento dos instrumentos de gestão, não apenas para viabilizar parcerias similares em todos os treze municípios que a constituem, mas também a fim de facilitar a gestão de processos de desenvolvimento local, que associem o turismo à agricultura familiar e à tradicional cultura da cana-de-açúcar.

Ainda no âmbito das iniciativas voltadas para o Desenvolvimento Econômico Local, por meio de associações público-privadas, atuou-se, em parceria com o SEBRAE-MS e a Prefeitura Municipal de Ponta Porã – MS, na organização de um Convention & Visitors Bureau, envolvendo atores vinculados ao circuito turístico regional dessa cidade e da cidade irmã paraguaia de Pedro Juan Caballero. A criação da referida entidade, que funcionará como mola propulsora da captação de eventos e intensificação do movimento turístico nestas cidades, era requisito fundamental para que pudesse ser estabelecida uma ação integrada entre os empresários e o setor público. O PPC&VB está em pleno funcionamento, já capitaneando diversas iniciativas e em condições de estreitar o diálogo com o setor público local.



A promoção de parcerias direcionadas à gestão dos parques e praças da cidade de Manaus – AM, legado das obras de recuperação do ambiente urbano promovidas no âmbito do PROSAMIN – Programa de Saneamento Ambiental dos Igarapés de Manaus – financiada pelo Banco Interamericano e pelo Governo daquele Estado, é outra ação que se insere no contexto do desenvolvimento local com inclusão social.

O projeto busca solucionar os impasses relativos ao custeio e manutenção das áreas urbanizadas e legadas à Prefeitura Municipal. Sua concepção básica prevê a construção e implementação de uma estrutura triangular



de parcerias, onde o empresariado local financiará os custos de manutenção das áreas, a Prefeitura supervisionará e orientará os procedimentos e as comunidades remanejadas para áreas confrontantes a esses parques, organizadas em associações, assumirão as responsabilidades por sua manutenção, sendo remuneradas para isso. Trata-se de uma ação também apoiada pela Secretarias de Infraestrutura do Governo Estadual do Amazonas.

## Aplicação da Metodologia para Elaboração de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica

### ELEKTRO Eletricidade e Serviços

Em continuidade aos trabalhos firmados com a ELEKTRO Eletricidade e Serviços S.A., o IBAM finalizou a implementação da Metodologia de PLAMGEs nos Municípios de Andradina, Atibaia, Bertioxa, Itapeva, Pirassununga e Votuporanga com a entrega dos Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica (PLAMGEs).



Caso os Municípios executem os projetos de eficiência energética propostos nos documentos poderão alcançar uma redução de cerca de 1,60% nos gastos mensais com energia elétrica, o que corresponde a R\$ 517.314,68, e uma redução de 2,25% no consumo de energia, ou seja, aproximadamente 1.861,96 MWh/ano.

A implementação da metodologia, além de possibilitar efetiva redução no consumo de energia elétrica e, por conseguinte, nas despesas municipais, proporciona uma interlocução positiva entre a ELEKTRO e os Municípios pertencentes a sua área de concessão.

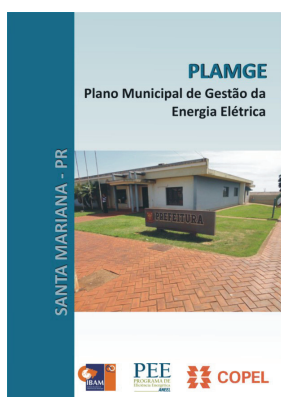
### COPEL Distribuição S.A. – COPEL DIS

O IBAM, em apoio a COPEL Distribuição S.A. (COPEL DIS), prestou a assessoria técnica para a implementação da Metodologia de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica – PLAMGEs em mais 20 Municípios do Estado do Paraná.

Os Municípios de Centenário do Sul, Céu Azul, Cidade Gaúcha, Figueira, Jaguapitã, Joaquim Távora, Mamborê, Manoel Ribas, Marilândia do Sul, Mariluz, Marmeleiro, Mauá da Serra, Nova Fátima, Paraíso do Norte, Paranacity, Santa Mariana, São João do Ivaí, Tapejara, Uraí e Vera Cruz do Oeste integram-se aos demais Municípios paranaenses já contemplados, totalizando 142 PLAMGEs realizados, no período de 2002 a 2013.

A realização do Projeto de Gestão Energética Municipal cumpre parte do Programa Anual de Eficiência Energética da COPEL DIS e atende aos critérios da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para o tema.

A primeira ação do Projeto PLAMGE correspondeu à capacitação dos técnicos municipais dos Municípios participantes. A aplicação da Metodologia nos Municípios, no ano de 2013, ocorreu com o desenvolvimento das principais atividades: (a) estruturação das Unidades de Gestão Energética Municipal (UGEMs), reconhecida por Decreto Municipal; (b) levantamento e inclusão de dados sobre o consumo de energia elétrica das UCs no programa computacional – Sistema de Informação Energética Municipal (SIEM); (c) utilização do SIEM para o gerenciamento do consumo das UCs; (d) planejamento do consumo com foco em medidas e projetos de eficiência energética; e (e) consolidação do processo de trabalho expresso no Plano Municipal de Gestão da Energia Elétrica – PLAMGE.



Ao final dos trabalhos, as diretrizes para a gestão do consumo de energia elétrica com a indicação de Projetos de Eficiência Energética em cada Município foram indicadas no documento orientador PLAMGE.

Com a identificação dos projetos de eficiência energética, durante a etapa de planejamento e propostos nos PLAMGEs, os 20 Municípios contemplados lograram alcançar uma redução em torno de 19,31% nos gastos mensais com energia elétrica, o que corresponde a R\$1.492.150,38, e uma redução de 14,54% no consumo de energia, ou seja, aproximadamente 3.650,54MWh/ano.

Na perspectiva do atual quadro brasileiro, o PLAMGE é tecnicamente fundamental para o uso racional da energia elétrica pelos Municípios.

## Plano Diretor do *Campus Fiocruz Manguinhos/RJ*

Em junho de 2013 foi iniciada a assessoria técnica do IBAM à DIRAC – Diretoria de Administração do Campus da Fiocruz Manguinhos/RJ –, tendo em vista dotar a Fundação de um instrumento de planejamento territorial, a partir da elaboração de seu Plano Diretor.



Até o final do ano foram concluídos, em diálogo permanente com a DIRAC e demais representantes das diferentes Unidades que compõem a FIOCRUZ, além do Plano de Trabalho inicial, os levantamentos e a sistematização de informações nos diferentes campos do conhecimento. A fase do diagnóstico incluiu tanto temas atinentes às infraestruturas de saneamento, mobilidade, paisagismo, patrimônio cultural, energia, legislação incidentes, entre outros, como aqueles implicados com uma nova abordagem para a promoção da sustentabilidade territorial do *campus*, como conforto ambiental, eficiência energética e acessibilidade. Ao longo de 2014 serão elaborados os cenários tendencial e de sustentabilidade até 2022.

A linha de trabalho de assessoria técnica aos planos diretores institucionais acumula experiência significativa do IBAM, contando, entre outros, com planos elaborados para a Fundação Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Observatório Nacional/Museu de Astronomia e INT – Instituto Nacional de Tecnologia.

## O Processo de Assessoramento à Administração Municipal de Uruçuca

Município com população de cerca de 20 mil habitantes, dos quais 75% na região urbana, distribuídos entre a sede e o Distrito de Serra Grande, e situado na região Sul do Estado da Bahia, Uruçuca historicamente baseou sua economia na cultura do cacau. Em função do decréscimo dessa produção, o Município vivenciou uma crise de estagnação e esvaziamento nas duas últimas décadas, o que provocou a redução de sua população, no período, em 39% e os residentes na área rural em 88%.

Entretanto, a expansão do Turismo no Eixo Ilhéus-Itacaré, onde se situa o Distrito de Serra Grande, e a perspectiva da Construção do Porto Sul, em Ilhéus, e da Ferrovia Oeste-Leste, se de um lado apresentam-se como novas perspectivas para a reversão da situação, por outro representam ameaça aos ativos ambientais existentes no Município, um dos maiores depositários da diversidade da fauna e da flora da Mata Atlântica brasileira.

Esse era o cenário identificado pelo Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável que, ainda em novembro de 2012, convidou o IBAM para prestar assistência ao grupo então recém-eleito para gestão do Município, seja apoiando o processo de transição, seja, após a posse, no equacionamento dos principais problemas identificados e na adoção de medidas prioritárias à boa gestão na direção do Desenvolvimento Sustentável do Município.

Com o assessoramento do IBAM junto à equipe de transição, constatou-se que, além das fragilidades antes cogitadas, revelava-se mesmo um cenário complexo por sanear, tanto em relação às contas públicas, como ao pessoal alocado, sobretudo no que tange à prestação de serviços essenciais, como os de saúde, educação, coleta e destinação de resíduos sólidos, entre outros.

Assim, em decorrência desse diagnóstico foi traçado e cumprido um Plano de Assessoramento à equipe de Governo que pode ser resumido em dois grandes Eixos de atuação: (1) ações prioritárias de Desenvolvimento Institucional, destinadas a “arrumar a casa” e permitir condições mínimas de gestão à equipe recém-empossada, o que mobilizou técnicos de distintas áreas do IBAM ao longo dos primeiros seis meses do ano de 2013; e (2) elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, destinado a estabelecer as diretrizes e prioridades de ação governamental para um efetivo aproveitamento das novas oportunidades no âmbito da região.





Assim, no Eixo 1 foram desenvolvidas pela equipe do IBAM, as seguintes atividades, aqui apresentadas em sequência cronológica:

- orientações Jurídicas para o saneamento de situações de maior gravidade, nas áreas de gestão financeira e de gestão de pessoas;
- orientações para contratações de pessoas em regime emergencial, visando à continuidade dos serviços públicos essenciais;
- revisão da Lei Orgânica Municipal;
- anteprojeto de lei de Reforma Administrativa;
- orientações, de caráter geral, relativas à gestão de convênios e à captação de recursos;
- ações pontuais de apoio à realização da Conferência Municipal de Assistência Social, bem como indicações relativas ao reequacionamento da gestão desta área de governo.

No Eixo 2, ao lado do acompanhamento das ações no âmbito interno da administração, foi realizado o Processo de Planejamento Estratégico, a partir de cinco oficinas com os grupos de representação de bairros e vilas, duas com representantes institucionais, duas com a equipe de gestão e um conjunto de entrevistas com lideranças empresariais e institucionais. O Plano contemplou três macroeixos de atuação:

- turismo, onde foram incluídos quatro programas de ação;
- reestruturação das atividades no meio rural, com seis programas de ação;
- qualificação e integração do território, com onze programas de ação.

Em cada um dos programas de ação foram identificadas de uma a três ações prioritárias, classificadas segundo a natureza: (a) executivas, ou seja, aquelas situadas no campo da ação do governo e que implicam a mobilização de recursos públicos; (b) normativas, que implicam a elaboração, aprovação e implementação de normas legais (Leis, Decretos, instruções normativas etc.); e (c) colaborativas, ações a serem implementadas por meio de parcerias com o setor privado ou com organizações da sociedade civil.



Os resultados alcançados foram apresentados em Audiência Pública com a presença de cerca de 60 lideranças representativas de diferentes segmentos sociais, institucionais e empresariais.

Analisa-se agora a continuidade desse processo de assessoramento, que em 2014 deve se direcionar para o detalhamento de algumas dessas medidas prioritárias, sobretudo aquelas relacionadas ao Programa de Qualificação e Integração do Território.



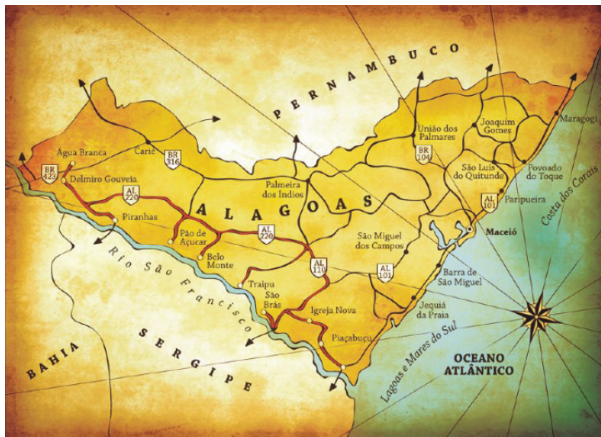
## Programa de Fortalecimento Institucional e Desenvolvimento Sustentável para Maués

O Programa de Fortalecimento Institucional e Desenvolvimento Sustentável para o Município de Maués/AM tem como objetivo criar um plano de ações municipais cuja finalidade é contribuir para a busca de soluções para os problemas ambientais, urbanísticos e sociais do Município.

No âmbito do projeto, a participação do poder público local foi de extrema importância para a ambientação necessária à sua execução, permitindo a construção de um ambiente dialógico entre as instituições, o que fortalece institucionalmente o Programa, favorecendo, já num primeiro momento, a reunião de uma enorme gama de informações que serão fundamentais para a adequada execução dos trabalhos, que no momento, encontra-se no estágio de elaboração de diagnósticos técnicos que auxiliem na estruturação de um plano de ações municipais com objetivo de fortalecer a gestão do Município.



## Novo Modelo de Regionalização para o Planejamento Estadual de Alagoas



O IBAM realizou, para a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Alagoas (SEPLANDE/AL), uma série de estudos e pesquisas para subsidiar a elaboração de um Modelo de Regionalização para o Planejamento Estadual de Alagoas, com um novo recorte territorial para subsidiar os próximos Planos Plurianuais (PPA).

Nesse novo cenário, será possível ao Estado de Alagoas o desenho de políticas e programas de desenvolvimento regional adequados à realidade dos diferentes territórios alagoanos, bem como dispor de um instrumento de planejamento útil àqueles que têm a responsabilidade de propor e gerir as políticas públicas estaduais.

O estudo foi realizado em três etapas:

- Revisão conceitual das metodologias clássicas de regionalização para fins de planejamento, assim como realização de estudos e pesquisas com a finalidade de compreender as bases conceituais das regionalizações existentes no Estado – tanto no âmbito do PPA, quanto das políticas setoriais (saúde, educação, segurança pública, meio ambiente, recursos hídricos, cultura e turismo).

- Atividades de campo, que têm como finalidade compreender com maior amplitude as dinâmicas territoriais de Alagoas, por meio de visitas a um grande número de municípios e da realização de entrevistas com atores relevantes desses territórios, além de observar in loco uma série de características (de mobilidade e circulação, estrutura urbana, elementos da paisagem, cultura, entre outros) que determinam, reforçam ou esvaziam dinâmicas de articulação entre diferentes espaços.
- Organização e análise de todos os dados e impressões de campo e o trabalho sobre indicadores socioeconômicos de todos os Municípios do Estado.

Com base na revisão conceitual da primeira etapa, nos indicadores e nos dados coletados em campo, serão propostas regiões de planejamento a partir da definição dos municípios-polo do Estado (existentes ou potenciais) e seus Municípios de influência. Será utilizada uma modelagem estatística, que será corrigida e adaptada qualitativamente, para a consolidação da proposta final do Modelo de Regionalização, que passará por processo de validação junto à SEPLANDE/AL.

## **Gênero e Direitos Humanos: Construindo Diálogos para a Autonomia Econômica**

O IBAM assinou Acordo de Cooperação com a Onu Mulheres e o Instituto Coca-Cola Brasil – ICCB para a realização do projeto Gênero e Direitos Humanos: Construindo Diálogos para a Autonomia Econômica. O projeto tem como objetivo a construção de conteúdos para a incorporação da perspectiva de gênero, direitos humanos e empoderamento das mulheres nos currículos de formação do ICCB.

O material produzido é direcionado para o trabalho de apoio do Instituto junto a algumas cooperativas de catadores e catadoras do país. Nesse sentido, é importante contextualizar que a situação de vulnerabilidade socioeconômica que muitos destes cooperados e cooperadas se encontram e a expressiva população feminina nesta atividade foram alguns dos indicadores que se alinham ao objetivo geral do pacto global dos Princípios de Empoderamento das Mulheres lançado pela ONU Mulheres em 2010. O trabalho entre as três instituições se firma como uma iniciativa estratégica de sensibilização relativa às questões de gênero e investimento no empoderamento econômico das mulheres.

## **Programas e Serviços de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto**

Projeto executado em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, teve por objetivo identificar e caracterizar o funcionamento dos programas e serviços de atendimento socioeducativo em meio aberto nas 27 unidades da federação.

O projeto, que será concluído em 2014, foi desenvolvido em quatro etapas:

1. Identificação, caracterização e diagnóstico dos programas de atendimento socioeducativos em meio aberto nas 27 capitais.



2. Atualização da produção normativa sobre a temática a partir do levantamento e análise de resoluções, decretos, leis no nível federal, estadual e municipal nas casas legislativas e nas secretarias de assistência social.
3. Avaliação da dinâmica dos programas de atendimento socioeducativo em meio aberto nas capitais brasileiras.
4. Sistematização das lições aprendidas e de recomendações para o aperfeiçoamento da política pública de atendimento socioeducativo em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade) para o adolescente em conflito com a lei, na perspectiva do SINASE.

Em 2013 foram finalizadas as entrevistas com os agentes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente que integram o SINASE e sistematizadas e analisadas as informações coletadas nas etapas quantitativa e qualitativa da pesquisa.

## **Gestão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza com implantação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e**

A metodologia desenvolvida pelo IBAM para a Gestão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) com a implantação da Nota Fiscal de Serviços eletrônica – NFS-e oferece um conjunto de ferramentas de trabalho, revisão de processos e assessoramento jurídico-tributário, exclusivamente via internet, decisivos no apoio ao processo de controle fiscal e contra a sonegação, contribuindo para o aumento da arrecadação municipal.



Sua implementação junto às administrações públicas municipais busca alcançar a redução dos custos de gestão, o uso de ferramentas tecnológicas no relacionamento com o Contribuinte, a gestão da informação com inteligência fiscal, e a devida otimização da arrecadação do ISSQN.

Ao final de 2013, cerca de 150 mil contribuintes encontravam-se cadastrados no Sistema de Gestão do ISSQN e foram responsáveis pela emissão de 21 milhões de Notas Fiscais de Serviços eletrônicas – NFS-e.

Mantendo uma constante interlocução com os Municípios, o IBAM mensalmente apresenta sugestões de ações que visam ao incremento da arrecadação do ISSQN, baseado nas informações obtidas no Sistema de Gestão da NFS-e.

A arrecadação total do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN nos Municípios assessorados pelo IBAM atingiu o total de R\$ 877 milhões representando o incremento médio de arrecadação de cerca de 20% em relação ao arrecadado em 2012.

Em 2013, além dos contratos que estão em andamento, foram assinados 31 novos contratos, totalizando 61 Municípios assessorados pelo IBAM na metodologia de gestão do ISSQN.

## Gestão da Dívida Ativa



O assessoramento em desenvolvimento institucional com foco na Recuperação de Créditos e Gestão da Dívida Ativa abrange a revisão dos procedimentos administrativos para inscrição, cobrança, recebimento e baixa da dívida ativa, capacitação de servidores municipais, depuração e atualização do banco de dados, determinação de estratégias de recuperação de créditos, inscritos ou não em dívida ativa, e acompanhamento e assessoramento à recuperação de créditos municipais.

O contrato com o Município de Salto, no Estado de São Paulo, iniciado em março de 2013, proporcionou um incremento superior a 48% na arrecadação dos valores inscritos em Dívida Ativa, em comparação com o arrecadado em 2012. Os Municípios de Jundiá e Barreiras, ambos no Estado de São Paulo, estão negociando com o IBAM propostas para o desenvolvimento desse assessoramento.

## Busca Ativa do Plano Brasil sem Miséria



A Busca Ativa é uma estratégia do Plano Brasil Sem Miséria para alcançar aqueles que não acessam os serviços públicos e vivem fora de qualquer rede de proteção social. A ausência de documentação civil, migrações constantes, residência em territórios com conflitos, pertencimento a populações tradicionais que habitam áreas isoladas ou

distantes, pertencimento a segmentos socialmente excluídos, desconhecimento de seus direitos, entre outros, dificultam o acesso dessas famílias aos programas sociais municipais, estaduais e federais.

Assim, a Busca Ativa, primeira etapa do Programa São Paulo Solidário, refere-se à localização, inclusão no Cadastro Único e atualização cadastral de todas as famílias extremamente pobres, cujo rendimento per capita seja inferior a R\$ 70,00, assim como o encaminhamento destas famílias aos serviços da rede de proteção social.

O projeto contou com equipe de coordenadores e pesquisadores locais e foi desenvolvido por meio da aplicação de questionários baseados no Índice de Pobreza Multidimensional – IPM do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que tem como objetivo fornecer um retrato sobre as pessoas que vivem com dificuldades, apontando privações em educação, saúde e padrão de vida.

## Revisão e Atualização de Lei Orgânica e de Regimento Interno

O IBAM assessorou a Câmara Municipal de Guaçuí/ES na elaboração dos Projetos de Revisão e Atualização de Lei Orgânica e de Regimento Interno com o objetivo de apontar as inconstitucionalidades, ilegalidades e impropriedades existentes e, conforme distorções



apresentadas, propor novos textos contendo os dispositivos mais apropriados a esses instrumentos legislativos.

Na mesma linha, estão em andamento os Projetos de Revisão e Atualização de Lei Orgânica e de Regimento Interno da Câmara Municipal de Anita Garibaldi e de Videira, ambas no Estado de Santa Catarina/SC.



## **Reestruturação do Plano Estadual de Esporte**

A Secretaria Estadual de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina, com o assessoramento do IBAM, iniciou o projeto de Reestruturação do Plano Estadual de Esporte. O foco central do projeto é o estabelecimento de análises que conduzam à definição de metodologia e instrumentos que identifiquem estratégias para a definição e a aplicação dos instrumentos de pesquisa, contemplando as instituições / organizações componentes do sistema nacional, estadual e municipal de esporte.

## **Reestruturação Administrativa**

Os trabalhos com foco na estrutura organizacional visam adequar as administrações municipais ao desempenho de suas finalidades, diante das demandas da população e dos objetivos e programas de ação governamental, estabelecendo mecanismos de aproximação entre o Governo e a comunidade, tendo em vista a melhor gestão dos recursos e serviços públicos.

Foram finalizados projetos para as Prefeituras Municipais de Areado/MG, de São João da Barra/RJ, de Limeira/SP e de Unaí/MG, bem como para as Câmaras Municipais de Campinas/SP e de Tijucas/SC.

Estão em andamento os Projetos de Reestruturação Administrativa das Prefeituras Municipais de Araçoiaba da Serra/SP e de Parauapebas/PA, bem como do Instituto de Previdência de Itabira/MG (ItabiraPrev).

O IBAM também elaborou o Projeto de Reestruturação Administrativa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Unaí/MG.

## **Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação de Desempenho**

A revisão e efetiva implantação de um Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação de Desempenho possibilita à administração municipal recursos para valorizar e melhor aproveitar o potencial dos servidores, bem como subsidiar o recrutamento de novos servidores com vistas a alcançar, mais rapidamente, os resultados organizacionais pretendidos.

Em 2013 foram elaborados projetos de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação de Desempenho para as Prefeituras Municipais de Areado/MG, Buritizeiro/MG e de Mendes/RJ, bem como para as Câmaras Municipais de Campinas/SP, de Pirai/RJ e de Tijucas/SC e também, elaborou o Projeto de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação de Desempenho do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Unaí/MG.



Em andamento estão os das Prefeituras Municipais de Araçoiaba da Serra/MG, de Parauapebas/PA, de Paracatu/MG, de Três Rios/RJ e de Unaí/MG, além da Câmara Municipal de Videira/SC, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barra Mansa/RJ e do Instituto de Previdência de Itabira/MG.

## **Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração e Sistema de Avaliação de Desempenho do Magistério**



A valorização e o melhor aproveitamento do potencial dos servidores do Magistério Público Municipal são os resultados mais evidentes da revisão e implementação desse Estatuto, segundo os princípios básicos da

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 2013, a Prefeitura Municipal de Buritizeiro/MG teve a assessoria técnica do Instituto na revisão do seu Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração e Sistema de Avaliação de Desempenho.

O IBAM, também, está elaborando o Projeto de Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração e Sistema de Avaliação de Desempenho para as Prefeituras Municipais de Paracatu/MG e de Unaí/MG.

## **Reestruturação do Sistema Previdenciário**

O Instituto de Previdência de Unaí/MG (UNAPREV), iniciou em 2013 a elaboração do Projeto de Reestruturação do Sistema Previdenciário, com a finalidade reestruturar o sistema próprio de previdência dos servidores municipais, mediante a adequação da legislação vigente às respectivas normas constitucionais e infraconstitucionais, buscando maior eficácia organizacional.

## **Assessoramento Técnico Especializado em Desenvolvimento Institucional**

A Prefeitura Municipal de Porto Belo/SC, no ano de 2013, com o apoio do IBAM, realizou o Projeto de Assessoramento Técnico Especializado em Desenvolvimento Institucional, que tem por finalidade promover o Município como esfera autônoma de governo, fortalecendo as habilidades de formular políticas, prover serviços e fomentar o desenvolvimento local, criar um canal de mão dupla entre os governos locais e instituições voltadas ao fortalecimento da administração pública, qualificar equipes técnicas locais, através de repasse e compartilhamento de informações e tecnologias e orientar e apoiar os gestores municipais no estudo e tomada de decisões em assuntos referentes à gestão pública.

## **Planejamento Estratégico Municipal**

Com apoio do IBAM, a Prefeitura de São João Batista/SC finalizou o Planejamento Estratégico Municipal com o principal objetivo de elaborar o diagnóstico dos elementos centrais das estratégias vigentes, a busca de soluções organizacionais e a definição de metas de desempenho para a Prefeitura e para o Município.

## Código Tributário Municipal

A Prefeitura Municipal de Araruama/RJ, em 2013, solicitou o apoio do IBAM para a elaboração do Projeto de Código Tributário que teve como objetivos avaliar a legislação tributária atual do Município nos seus aspectos legais, impositivos e financeiros, assim como oferecer alternativas de reformulação do Sistema Tributário do Município acompanhadas de argumentos e justificativas embasados na realidade socioeconômica local, nos princípios das finanças públicas e na doutrina, com vistas a auxiliar os gestores municipais na formulação e implementação de nova política tributária que mais se coadune com os programas e metas governamentais.

## Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

Em 2013, a Prefeitura Municipal de Guaxupé/MG teve a assessoria do Instituto para atualizar a legislação municipal relativa aos direitos, deveres e responsabilidades dos seus servidores, adequando-a aos preceitos da Constituição Federal, à jurisprudência dos Tribunais e à doutrina dominante.

Ainda em 2013 as Prefeituras de Paracatu/MG e de Parauapebas/MG iniciaram a revisão de seus Estatutos dos Servidores Públicos Municipais.



## Concurso Público

Atrair e desenvolver o capital humano na Administração Pública requer estratégia e investimento que vão além do mero cumprimento dos dispositivos legais que regem a matéria. A realização de concursos contribui para o desenvolvimento institucional da Administração Pública: a melhor qualificação do quadro de pessoal, a implementação do sistema do mérito e a valorização das carreiras produzem impactos positivos na profissionalização dos servidores públicos e nas ações governamentais.

O assessoramento que o IBAM dispõe para a realização de concursos públicos e processos seletivos, que inclui todas as etapas do certame, desde a elaboração dos instrumentos normativos até a homologação dos resultados finais, é resultado de anos de experiência, onde a estreita articulação com a equipe da instituição nas definições e decisões necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos é fator decisivo de sucesso.

O quadro a seguir registra os 31 certamos realizados em 2013 e que atraíram 145.251 candidatos.

| <b>Cliente</b>                                                                                                                 | <b>Cargos/Empregos</b> | <b>Número de Inscritos</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|----------------------------|
| Prefeitura Municipal de Lorena/SP                                                                                              | 12                     | 2.173                      |
| Prefeitura Municipal de Porto Belo/SC                                                                                          | 66                     | 672                        |
| Fundação Municipal de Cultura de Porto Belo/SC                                                                                 | 11                     | 26                         |
| Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo/ SC                                                                                | 2                      | 13                         |
| Prefeitura Municipal de Guarulhos (SAM)/SP                                                                                     | 47                     | 6.357                      |
| Prefeitura Municipal de Lindóia/SP                                                                                             | 23                     | 315                        |
| Prefeitura Municipal de Estância Turística de Itu/SP                                                                           | 72                     | 2.891                      |
| Prefeitura Municipal de Araraquara/SP                                                                                          | 2                      | 212                        |
| Prefeitura Municipal de Treze Tílias/SC                                                                                        | 40                     | 441                        |
| AGIR – Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí/SC | 2                      | 197                        |
| Câmara Municipal de Blumenau/SC                                                                                                | 12                     | 9.033                      |
| Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP                                                                                           | 6                      | 2.244                      |
| Fundação de Saúde de Rio Claro                                                                                                 | 36                     | 1.714                      |
| Prefeitura Municipal de Guarulhos/SP                                                                                           | 34                     | 2.066                      |
| Prefeitura Municipal de Praia Grande/SP                                                                                        | 63                     | 17.134                     |
| Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo/SP                                                                               | 5                      | 277                        |
| Prefeitura Municipal de Franca/SP                                                                                              | 96                     | 22.508                     |
| Prefeitura Municipal de Rio Claro/RJ                                                                                           | 96                     | 9.224                      |
| Prefeitura Municipal de Indaial/SC                                                                                             | 63                     | 1.576                      |
| Prefeitura Municipal de Gaspar/SC                                                                                              | 53                     | 1.276                      |
| Prefeitura Municipal de Imbituba/SC                                                                                            | 117                    | 1.834                      |
| Câmara Municipal de Tijucas/SC                                                                                                 | 10                     | 746                        |
| Prefeitura Municipal de Araraquara/SP                                                                                          | 48                     | 4.589                      |
| Prefeitura Municipal de Olímpia/SP                                                                                             | 5                      | 1.076                      |
| Câmara Municipal de Taubaté/SP                                                                                                 | 18                     | 8.711                      |
| Prefeitura Municipal de Ubatuba/SP                                                                                             | 14                     | 5.027                      |
| Câmara de Vereadores de Joinville/SC                                                                                           | 12                     | 7.410                      |
| Prefeitura da Estância Turística de Salto/SP                                                                                   | 81                     | 3.897                      |
| Prefeitura Municipal de Suzano/SP                                                                                              | 33                     | 8.442                      |
| Prefeitura Municipal de Guarulhos/SP (Educação)                                                                                | 7                      | 21.674                     |
| Companhia Águas de Joinville/SC                                                                                                | 22                     | 3.562                      |

## Ação institucional

Quando o IBAM decidiu mudar a sua sede para a rua Buenos Aires 19, no quarteirão entre a Avenida Rio Branco e a Rua Primeiro de Março, ao lado do Beco das Cancelas, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, onde modernidade, tradição, história e contemporaneidade se encontram, a sinalização para uma mudança mais global, com uma estratégia bem definida e uma visão abrangente, ficou evidente.

Tratou-se, então, de pensar na modernização da marca do IBAM. Uma marca precisa evoluir, acompanhar as mudanças de seu tempo para não correr o risco de se desgastar, de ficar associada a ideias antigas ou não acompanhar as expectativas e desejos. Revitalizar uma marca é um processo diferente de mudança, é uma mudança de longo prazo e uma decisão importante.

Assim, fechando um ciclo de mais de 60 anos, o IBAM, mais do que uma simples modernização ou releitura, lança sua nova marca, trazendo em sua forma o entrelaçamento, expressando a ideia do infinito, apontando em direção ao novo, ao futuro, ao crescimento e desenvolvimento.

A mudança reforça o comprometimento da Instituição em desenvolver cada vez mais relações com as administrações municipais, estaduais e federal, assim como com governos de países estrangeiros, expressando o constante compromisso com a busca de soluções singulares e contemporâneas.

A nova marca aposta em desenho mais moderno, representando inovação e flexibilidade – ao azul e o laranja, já presentes nas logomarcas do IBAM, se une agora o verde, contemplando os conceitos de liberdade, leveza e sustentabilidade.



Parte importante nas mudanças implementadas, em 2013 o Instituto focou sua ação cultural na reorganização de seu acervo documental e bibliográfico para a instalação de um Centro de Documentação.

A experiência do IBAM, em sua grande diversidade, produziu e acumulou significativo número de registros que atestam e indicam os caminhos trilhados, possibilitando o seu conhecimento e reavaliação. Esse conhecimento é essencial para que a instituição mantenha sua identidade e defina sua atuação.

Esses registros, esses documentos, são resultantes dos estudos, pesquisas, projetos, realizados durante a trajetória do Instituto. Para que os documentos cumpram sua função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica é necessário que estejam preservados, organizados e acessíveis.

O propósito da criação de um Centro de Documentação Virtual se insere nos planos institucionais de modernização no trato da informação, a partir de um conjunto de medidas onde o uso

de tecnologias tem lugar especial. E o objetivo de disponibilizar segmentos do Centro de Documentação para o acesso público é o de registrar e difundir, virtualmente, toda a produção do IBAM sobre a temática municipal onde se incluirão, digitalizados e indexados, livros, revistas e documentos importantes para a pesquisa e estudo de governo local e desenvolvimento urbano.

Trata-se de um avanço fundamental que permitirá maior eficácia no acesso às informações, dentro de um espectro mais amplo e diversificado de elementos, o que enriquece a possibilidade de pesquisa dos temas e seus correlatos.

Complementarmente, o acervo virtual garantirá ao Instituto que haja acréscimos de títulos e documentos, a partir da ampliação da capacidade de memória e sem a necessidade de ampliação de espaços físicos, de aumento de consumo de papéis e de utilização de procedimentos convencionais de manutenção.

Também foi conferido tratamento especial para a produção literária de pensadores da administração local e urbana que fizeram parte do surgimento e da trajetória do IBAM e que serão destacados para consulta pública.

Até o momento, os nomes pré-selecionados para fazer parte deste conjunto especial de autores são Diogo Lordello de Mello, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Adina Mera, Heraldo da Costa Reis, João Luiz de Moraes Barreto, José Rildo de Medeiros Guedes, Marcos Flavio R. Gonçalves, Gleisi Heisler Neves, Mauricio Abreu, Anna Maria Brasileiro, François Bremaeker, José Antunes de Carvalho, Paulo Rocha Lagoa, Teresa Lobo, entre outros. A produção intelectual dos referidos autores será antecedida pelo resumo biográfico e pequena nota sobre a importância da contribuição para o tema principal.

Além dos documentos que integrarão o Centro de Documentação, foi analisado todo o acervo bibliográfico a fim de identificar o que deveria ser mantido e o que poderia ser remanejado, doado ou descartado.

Foram realizadas consultas a bibliotecas públicas e/ou centros de estudos quanto ao interesse nos livros do acervo da biblioteca do IBAM. Com uma única exceção – a Biblioteca da Universidade Federal Fluminense – todos foram unânimes em lamentar a impossibilidade de receber o acervo por falta de espaço físico ou de recursos financeiros e materiais para mantê-lo em condições adequadas à consulta. As bibliotecas, como regra, confirmam estar passando por uma crise relacionada a espaços, técnicas de manutenção e falta de recursos para sua modernização, o que afeta, gradativamente, a qualidade dos acervos mantidos que, muitas vezes, não conseguem ser atualizados.

Foram doados à biblioteca da UFF, especialmente para a Faculdade de Administração e Urbanismo, cerca de 2 mil livros e documentos sobre a questão urbana e desenvolvimento local no Brasil que poderão ser consultados por seus alunos, professores e estudiosos do tema, além de estarem abertos ao público em geral. Esta doação foi coordenada, de parte da UFF, pela direção da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU, escola de referência nacional no tema.

Houve atendimento de solicitações de bibliotecas de Prefeituras Municipais orientadas para manter literatura de caráter técnico sobre governo local e gestão pública para serem utilizados no treinamento interno de seus funcionários.



Podemos citar, até o momento, as Prefeituras de Franca, em São Paulo; de Iguaba e de Barra Mansa, no Rio de Janeiro; e de Paracatu, em Minas Gerais, que receberam doações da ordem de 1.600 livros e documentos.

O Centro de Documentação do IBAM está sendo organizado em cinco grandes conjuntos:

1. documentos institucionais, inclusive fotos, CDs e DVDs, de consulta restrita e interna, que corresponderá ao Arquivo Histórico Confidencial do IBAM; destes, alguns serão mantidos em papel pelo seu valor institucional ou histórico. Os CDs, DVDs deverão ser revistos para serem também disponibilizados para acesso virtual. Os vídeos de natureza institucional serão convertidos para DVD e os que são utilizados para capacitação serão reanalisados para se identificar quais os que devem ser também convertidos e quais os podem ser descartados por estarem desatualizados. As fotos deverão passar por um processo de análise que permita a identificação de eventos, de personalidades e da sua importância para a história do IBAM e desta forma se decidir o que será digitalizado;
2. documentos produzidos pelo IBAM ao longo dos seus mais de 60 anos de trabalho e que constituem a memória técnica do Instituto, os quais serão de consulta livre ou sob autorização. Este segmento do acervo poderá ser organizado por temas ou por autores em destaque para enfatizar a produção técnica do IBAM; serão digitalizados para consultas, mas os livros serão mantidos em papel como exposição física da produção intelectual do Instituto;
3. documentos, planos e mapas, estratégicos e históricos, produzidos por autores e instituições renomadas e que servem de referência para o aprofundamento do estudo da administração pública municipal e do urbanismo, a serem consultados virtualmente e *in loco* sob autorização;
4. livros e documentos de terceiros e que sejam de interesse para o estudo da temática que é desenvolvida pelo IBAM, com livre acesso virtual ao público interno e externo;
5. links com entidades congêneres e com editoras de publicações nacionais e estrangeiras que compõem a área de conhecimento do IBAM.

## Compromisso social

---

Tendo a valorização da cidadania explícita no texto da sua missão, o IBAM intensifica a cada ano o exercício desse compromisso, visível na diversificada natureza dos trabalhos realizados, entre os quais destaca-se o conjunto de ações que privilegia o aperfeiçoamento da participação popular e da transparência das políticas públicas nas áreas de inclusão e assistência social e da promoção dos direitos humanos.

Por acreditar na importância do diálogo entre a sociedade civil e o governo na concepção, execução e avaliação de políticas públicas, uma das principais prioridades do Instituto é acompanhar as ações governamentais na área de direitos humanos.

### **Atividades de assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro**

Os projetos de assessoramento desenvolvidos pelo IBAM tiveram como objetivo contribuir para o aprimoramento da gestão pública em diversas áreas setoriais, em especial a política de assistência social atendendo aos dispositivos da NOB 2012 e da NOB RH SUAS 2006, criando melhores condições para que o Município possa implementar políticas de enfrentamento à pobreza na perspectiva da democracia. Neste sentido, os resultados alcançados após a intervenção do IBAM junto à administração pública e outras entidades de direito público ou privado, com atuação preponderante ou não na área de assistência social, se refletem na qualificação das funções de planejamento, captação de recursos, gestão, monitoramento, avaliação, oferta e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, entre outros.

São exemplos de projetos desenvolvidos nesta linha de atuação o apoio à operacionalização de instrumentos institucionais visando à implementação, fiscalização e controle da política de Assistência Social no âmbito municipal e estadual do Rio de Janeiro

Em 2013 o IBAM manteve a participação de integrantes de sua equipe como Conselheiros em duas importantes instâncias de participação na formulação de políticas sociais no Rio de Janeiro.

No caso do Município da capital o Instituto manteve a assessoria que vem realizando há alguns anos no Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. A atuação se fez notadamente por meio da presidência do citado Conselho no ano de 2013. Renova-se, assim, ano a ano, o trabalho de operacionalização de instrumentos institucionais que visam à implementação da política de Assistência Social na cidade do Rio de Janeiro.

Com relação ao governo do estado, o IBAM se faz representar, há cerca de vinte anos, no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM-RJ. As características do serviço prestado têm variado

conforme as necessidades do Conselho, que passou por diferentes momentos de atuação em face dos progressos obtidos na defesa dos direitos da mulher.

Atividades realizadas:

1. Participação na Presidência do CMAS com o objetivo de aperfeiçoar a implementação da Política de Assistência Social da Cidade do Rio de Janeiro, por meio do acompanhamento da evolução da Política Municipal de Assistência Social na Cidade (em especial daquelas decorrentes das ações das entidades vinculadas ao CMAS/RJ), estabelecendo metas e indicadores de aferição de resultados e impactos das ações empreendidas pelas diversas entidades e, em especial, aquelas apoiadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social.
2. Assessoria na organização da IX Conferência Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro: assessoramento técnico à Prefeitura, por meio do Conselho Municipal de Assistência Social, para realização das atividades preparatórias para a Conferência com participação de entidades públicas e privadas, trabalhadores da assistência e usuários dos serviços socioassistenciais da cidade:
  - Contribuição na organização das capacitações sobre o tema principal da Conferência “Financiamento e Gestão do SUAS”. Foram realizadas quatro capacitações sobre a temática para cerca de 500 representantes das Comissões de Assistência Social (sociedade civil).
  - Participação na realização de dez pré-Conferências em todo o Município do Rio de Janeiro com participação de entidades da rede socioassistencial, usuários da assistência social, trabalhadores da assistência social e população em geral alcançando 995 participantes.
  - Participação e coordenação de seis reuniões da Comissão Organizadora da IX Conferência Municipal.
  - Elaboração e gerenciamento da principal ferramenta de comunicação virtual com a população durante todo o processo preparatório para a IX Conferência: <http://www.conferenciaassistenciario2013.blogspot.com.br>. Foram totalizados nove mil acessos.
  - Assessoria na elaboração de material técnico e informativo durante o processo de preparação da IX Conferência Municipal.
  - Revisão e diagramação da apostila com orientações para a preparação da IX Conferência Municipal.
  - Entrevista na Radio Nossa Senhora de Copacabana - Programa Perspectiva, 98,7 sobre a Política de Assistência Social, o papel do Conselho Municipal de Assistência Social da cidade do Rio de Janeiro e a importância da IX Conferência Municipal.

- Coordenação da metodologia de trabalho dos grupos da IX Conferência Municipal, compreendendo a organização da metodologia proposta pelo CNAS, o treinamento dos coordenadores, moderadores e relatores, a moderação e a sistematização dos resultados dos seis eixos: Gestão de Serviços; Gestão de Benefícios; Gestão do SUAS; Gestão do Trabalho; Cofinanciamento e Regionalização.
3. Assessoria, Moderação e Participação em eventos em âmbito municipal e nacional representando o Município do Rio de Janeiro nas temáticas de Assistência Social, Controle e Participação Social:
- Participação na 1ª Capacitação para os membros do Conselho Municipal de Defesa a Pessoa Idosa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (COMDEPI/RJ) promovendo o debate sobre o papel dos conselhos e do controle social nas instância de controle.
  - Organização e Participação do encontro destinado aos Gestores Municipais da SMDS, Coordenadores das Coordenadorias da Assistência Social, Conselheiros do CMAS/RJ, Usuários da Assistência Social, Assistentes Sociais, e demais Servidores Públicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e Entidades da Sociedade Civil para discussão preliminar do Tema da IX Conferência Municipal: “Gestão e Financiamento da Assistência Social”.

Nessa e nas demais ocasiões, o IBAM defendeu e buscou a promoção da transparência pública por meio de estímulo da participação da sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública, contribuindo para um controle social mais efetivo e democrático.

## **Sistematização e disseminação de projetos inovadores de inclusão cidadã**

O IBAM desenvolveu um conjunto de estudos e análises sobre temas atuais que estão na agenda do dia para a administração pública. A partir desses estudos são produzidas informações e análises que podem se apresentar como adequadas para a melhoria das condições de vida da população reduzindo as situações de vulnerabilidade e risco social existentes.

São exemplos de projetos de sistematização e disseminação de estudos e pesquisas inovadores:

- estabelecer um modelo de realização da “Logística Reversa”, prevista na legislação de resíduos sólidos, que consiste na lógica de retorno e reciclagem do material produzido pela indústria envolvendo a participação ativa dos catadores de resíduos organizados ou não de forma associativa;
- analisar os programas e serviços de atendimento socioeducativo aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade (meio aberto).

Os conhecimentos adquiridos por meio de tais estudos são socializados junto aos diferentes atores da política pública, em especial de assistência social. Em 2013, o IBAM participou das reuniões mensais da Comissão de Medidas Socioeducativas, instituído pelo Conselho Municipal

de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pela Proteção Social Especial. Cabe ainda destacar que em 2014 já estão programados outros encontros para apresentação dos resultados da pesquisa na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo dos encontros na capital será divulgar quem são e como estão funcionando os programas nas 27 capitais brasileiras no sentido de levantar subsídios para a implementação e o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.



## **Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado**

— — — — — — — — — — — — — — —

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM**

**BALANÇO PATRIMONIAL  
DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

| ATIVO                                   |                      | PASSIVO              |                      |
|-----------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
|                                         | 2013                 | 2012                 | 2012                 |
| <b>CIRCULANTE</b>                       | <b>15.416.969,22</b> | <b>15.393.968,82</b> | <b>4.641.541,76</b>  |
| DISPONIBILIDADES                        | 1.614.319,17         | 326.747,02           | 176.423,65           |
| SALDOS BANCÁRIOS VINCULADOS             | -                    | -                    | 257.748,42           |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS                  | 3.764.692,83         | 6.415.165,54         | 73.754,23            |
| CONTAS A RECEBER                        | 8.837.116,70         | 8.468.800,70         | 120.229,71           |
| Convênios e Contratos                   | 5.212.384,14         | 5.513.520,20         | 10.211,26            |
| Créditos de Liquidação Duvidosa         | (44.719,50)          | (44.719,50)          | 1.005.336,50         |
| Contas a Receber - Outras               | 3.669.452,06         | 3.000.000,00         | 1.925.031,66         |
| PROJETOS EM EXECUÇÃO                    | -                    | -                    | 1.072.806,33         |
| Convênios e Contratos                   | -                    | -                    | 234.763,43           |
| DEPOSITOS E CAUÇÕES                     | 15.650,00            | 84.140,59            | 838.042,90           |
| ESTOQUES                                | 26.880,72            | 39.378,00            | -                    |
| DESPESAS ANTECIPADAS                    | 33.512,74            | 47.046,45            | -                    |
| ADIANTAMENTO DE FORNECEDORES            | 1.124.797,06         | 12.690,52            | -                    |
| <b>PERMANENTE</b>                       | <b>6.940.797,63</b>  | <b>6.656.495,91</b>  | <b>991.246,20</b>    |
| INVESTIMENTOS                           | 107.610,43           | 39.184,35            | -                    |
| IMOBILIZADO                             | 6.833.187,20         | 6.617.311,56         | -                    |
| Imóveis, Equipam. e Instalações         | 6.559.639,08         | 6.559.639,08         | 16.417.676,77        |
| Móveis, Veículos e outras imobilizações | 960.349,57           | 714.642,70           | (3.416.056,92)       |
| DEPRECIACÃO ACUMULADA                   | (686.801,45)         | (656.970,22)         | 19.833.733,69        |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                   | <b>22.357.766,85</b> | <b>22.050.464,73</b> | <b>22.050.464,73</b> |
| <b>COMPENSAÇÃO</b>                      | <b>35.220.523,95</b> | <b>17.328.676,37</b> | <b>17.328.676,37</b> |
| SEGUROS-GARANTIA DE CONTRATOS           | 44.746,97            | 44.746,97            | 44.746,97            |
| CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS               | 743.683,53           | 743.683,53           | 743.683,53           |
| SEGUROS                                 | 7.580.480,00         | 7.580.480,00         | 7.580.480,00         |
| CONSIGNAÇÕES                            | 15.498,19            | 14.351,20            | 14.351,20            |
| CONTRIB. PREVIDENCIÁRIAS (ISENÇÕES)     | 2.028.018,18         | 2.081.856,55         | 2.081.656,55         |
| CLIENTES                                | 75.232,00            | 75.232,00            | 75.232,00            |
| PROJETOS EM EXECUÇÃO                    | 24.732.865,08        | 6.788.526,12         | 6.788.526,12         |
| <b>TOTAL GERAL</b>                      | <b>57.578.290,80</b> | <b>39.379.141,10</b> | <b>39.379.141,10</b> |

**Luiz Claudio Ferreira da Silva**  
Contador  
CRC RJ 089614/0-0  
CPF: 937.633.107-97

**Paulo Timm**  
Superintendente Geral  
RG: 2.028.439-0 - CRA/RJ  
CPF: 457.512.429-04

## Balanço Patrimonial

## Demonstração de Resultados



### INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

|                                        | dez/13               | dez/12                |
|----------------------------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>           | <b>28.395.773,40</b> | <b>25.557.152,73</b>  |
| <b>RECEITAS DAS ÁREAS OPERACIONAIS</b> | <b>28.395.773,40</b> | <b>25.557.152,73</b>  |
| Contratos e Outros                     | 27.552.820,07        | 23.813.726,78         |
| Convênios                              | 514.164,33           | 1.463.086,72          |
| Cursos e Seminários                    | 328.789,00           | 280.339,23            |
| <b>RECEITAS NÃO OPERACIONAIS</b>       | <b>1.066.231,53</b>  | <b>591.616,27</b>     |
| LIVRARIA                               | 33.619,29            | 35.216,49             |
| FINANCEIRA                             | 18.965,81            | 439.137,60            |
| OUTRAS RECEITAS                        | 1.013.646,43         | 117.262,18            |
| <b>TOTAL RECEITA</b>                   | <b>29.462.004,93</b> | <b>26.148.769,00</b>  |
| <b>CUSTOS DOS PROJETOS</b>             | <b>23.636.574,05</b> | <b>23.364.361,72</b>  |
| PROJETOS FILANTRÓPICOS                 | 5.930.914,51         | 5.345.409,28          |
| OUTROS PROJETOS                        | 17.705.659,54        | 18.018.952,44         |
| <b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>           | <b>4.859.927,33</b>  | <b>4.320.570,95</b>   |
| <b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>             | <b>4.859.927,33</b>  | <b>4.320.570,95</b>   |
| Pessoal                                | 1.232.679,97         | 1.184.579,37          |
| Encargos Sociais e Trabalhistas        | 1.004.357,44         | 823.457,05            |
| Serviços de Terceiros                  | 605.351,05           | 682.408,09            |
| Viagens Institucionais                 | 95.227,54            | 54.441,25             |
| Manutenção e Conservação               | 109.620,66           | 246.707,65            |
| Despesas Gerais                        | 756.741,64           | 490.386,10            |
| Financeiras                            | 1.026.117,80         | 812.743,56            |
| Depreciação do Imobilizado             | 29.831,23            | 25.847,88             |
| <b>TOTAL DESPESA</b>                   | <b>28.496.501,38</b> | <b>27.684.932,67</b>  |
| <b>SUPERAVID/DEFICIT DO EXERCÍCIO</b>  | <b>965.503,55</b>    | <b>(1.536.163,67)</b> |

Luiz Claudio Ferreira da Silva  
Contador  
CRJ 089614/0-0  
CPF: 937.633.107-97

Paulo Timm  
Superintendente Geral  
RG: 2.028.439-0 - CRA/RJ  
CPF: 457.512.429-04